

OS SEM-LUGAR: UMA ANÁLISE DE TRAJETÓRIAS DE JOVENS QUE VIVEM NAS RUAS DE PORTO ALEGRE¹

Anelise Gregis Estivalet
UFF

RESUMO

A questão central deste trabalho refere-se ao cotidiano de jovens que vivem nas ruas da cidade de Porto Alegre. Utilizo o termo sem-lugar para evidenciar o que seus relatos demonstram que parecem nascer “sem lugar” no mundo, crianças que ao nascerem não tiveram lugar em suas famílias nem em suas comunidades de origem e, hoje jovens adultos, buscam achar este lugar. Interessou-me entender como ocorreu a sua saída para a rua, a relação antes e depois com sua família, bem como os motivos que os levam a permanecer ou não nessas condições de vida. O trabalho de pesquisa de campo consistiu em observações sobre o cotidiano dos jovens nas ruas e realização de entrevistas. Foram feitas análises de documentos e reconstrução de trajetórias de vida, por meio de entrevistas. Estas foram realizadas com questionários semi-estruturados, compostos por frases curtas e incompletas. Solicitei aos jovens que as completassem com a primeira idéia que lhes viesse à mente. A pesquisa foi realizada com quatro jovens entre dezessete e vinte anos que vivem ou viveram em situação de abandono nas grandes cidades. Foram utilizados, ainda, instrumentos como o diário de campo e a fotografia. Parti da hipótese que esses jovens, mesmo trilhando caminhos acidentados e difíceis em suas trajetórias de vida, são capazes de construir novas formas de se relacionar com o mundo, que não através do abandono e da violência, fato constatado ser possível. Detectei que esses jovens que vivem nas ruas confrontam-se com o limites do tempo como uma moratória vital.

PALAVRAS-CHAVE: RUA, IDENTIDADE, FAMÍLIA.

INTRODUÇÃO

Pesquisar acerca de meninos/as que vivem nas ruas do Brasil não é uma tarefa fácil. Ao contrário, é uma proposta que trilha caminhos tortuosos e difíceis. Primeiro, porque pesquisamos sobre crianças e jovens que experimentam o abandono e a sobrevivência nas ruas. Segundo, porque uma criança ou um jovem ao optar por este tipo de vida está fazendo uma escolha muito difícil. Ir para a rua como última alternativa é um ato de coragem. A rua constitui-se em um espaço possível, uma estratégia de sobrevivência. Carmem Craidy no livro “Meninos de rua e analfabetismo” traz resultados de uma experiência de alfabetização

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

realizada em Porto Alegre no ano de 1991. Neste trabalho, discute a significação da língua escrita buscando uma mediação entre o que são e como vivem os meninos de rua e a construção do significado da língua escrita em suas vidas, situando como o processo de exclusão social e construtor do analfabetismo.

Segundo Craidy (1998):

“A rua não se constitui para o menino como espaço alternativo, mas sim como espaço possível. Não é lugar de liberdade (ainda que seja por muitos vista como tal), mas um lugar de confinamento.” (p.22)

Escolhi como tema para esta pesquisa a trajetória² de jovens de 17 a 20 anos, investigando como ocorreu sua saída, os momentos mais significativos (na perspectiva dos sujeitos) e a situação desses jovens no momento da investigação. Acredito que esta seja uma forma de atentar para os problemas vivenciados pelos jovens como a morte precoce e o uso abusivo de drogas como o crack que vem assolando a vida dos meninos de rua em Porto Alegre. Também creio que ao mostrar os relatos desses quatro jovens que estão entrando na maioridade e suas disposições em adotar uma trajetória de vida diferente demonstra-nos que é possível vermos de outra forma a vida dos meninos de rua e não apenas condená-los ao fatalismo da morte. Os relatos de nossos jovens demonstram uma boa vontade em mudar, em acreditar que o futuro será diferente.

Esta pesquisa se justifica inicialmente pela freqüente visão que as pessoas e as instituições têm desses indivíduos, gerando, muitas vezes, uma idéia estigmatizada que não contribui para o sucesso das políticas públicas destinadas a essas crianças e jovens; em segundo, por perceber que as iniciativas institucionais devem considerar os meninos/as que vivem nas ruas como sujeitos de deveres e direitos e garantir a eles a atenção necessária para o seu pleno desenvolvimento físico, mental e para o exercício da cidadania³.

Defini como objetivo geral pesquisar sobre o jovem que vive na rua e sua relação com o cotidiano em que está inserido. Melucci (2005) nos diz que uma das dimensões cruciais da sociedade contemporânea é a importância da vida cotidiana como espaço no qual os sujeitos constroem o sentido do seu agir e no qual experimentam as oportunidades e os limites para a ação. Segundo ele, o atentar para a vida cotidiana estende o foco sobre a particularidade dos detalhes e a unidade dos acontecimentos que dificilmente servem para ser observados, contidos e organizados dentro dos modelos de análise unicamente quantitativos:

“Na vida cotidiana, os indivíduos constroem ativamente o sentido da própria ação, que não é mais somente indicado pelas estruturas sociais e submetido aos vínculos

2A noção de trajetória representa uma série de posições sucessivas ocupadas por um agente (ou um mesmo grupo) num espaço, ele mesmo em devenir e submetido a incessantes transformações, conforme Bourdieu (1986).

³ Cidadania é aqui entendida como uma representação social que se faz da política, daquilo que cada sujeito histórico entende seja seu direito e sua disponibilidade de ação.

da ordem constituída. O sentido é sempre mais produzido através de relações e esta dimensão construtiva e relacional acresce na ação o componente de significado na pesquisa” (p.29).

Neste sentido, tive como objetivos específicos o desejo de entender: 1) o modo como ocorre a saída da criança e/ou jovem para a rua; 2) a relação mantida com os pais ou responsáveis antes e depois; 3) os motivos que os levam a permanecer ou não nessas condições de vida; 4) as suas percepções e vivências mais significativas.

Trabalhei com a hipótese de que esses jovens, mesmo trilhando caminhos acidentados e difíceis em suas trajetórias de vida, são capazes de construir novas formas de se relacionar com o mundo, que não através do abandono e da violência. E, a partir das entrevistas realizadas, percebi que a hipótese se confirmou.

Parti da idéia de que os jovens que estão vivendo nas ruas confrontam-se, pelo menos, com um limite ao entrarem na maioria: o tempo biológico como uma moratória vital.

Durante a realização do trabalho na escola várias foram as manifestações de satisfação dos jovens em estarem sendo ouvidos. As entrevistas eram realizadas em uma sala junto à escola, que ficava um pouco afastada, para que o barulho não atrapalhasse os trabalhos. No entanto, várias foram as vezes em que enquanto eu estava conversando com um dos jovens os outros abriam a porta da sala. Uns olhavam, outros perguntavam algo e, ainda, terceiros que vinham informar que se ele não fosse naquele momento iria perder o lanche. Vários foram os dias também que eles me convidaram para tomar café junto com eles numa espécie de interesse em me cativar/agradecer pelo que estava fazendo.

A oficina de produção de papel reciclado da qual dois dos quatro meninos entrevistados faziam parte não foi objeto de pesquisa, mas várias vezes fiquei aguardando que encerrassem a atividade que estavam fazendo para que depois pudéssemos conversar. Sempre que produziam algo: capas de agenda, cadernos, agendas telefônicas faziam questão de me mostrar o produto de seu trabalho.

1 - TRILHANDO CAMINHOS...

A vontade de realizar este trabalho teve origem em minha experiência profissional. E foi justamente por esta vivência que comecei a me preocupar com a entrada na maioria de jovens com os quais trabalhava, e que isso seria de grande importância para a obtenção dos dados que me interessavam para a pesquisa.

Pressupus que uma pesquisa etnográfica poderia dar maior riqueza de detalhes aos quais estava disposta a pesquisar. A pesquisa etnográfica propõe ao pesquisador que vá a campo com um novo olhar, após a apropriação de pesquisas e teorias ligadas à problemática a

ser estudada, fazendo uma leitura longitudinal do processo de construção de cada sujeito e da sua atual dinâmica de vida. É uma busca de se familiarizar com o estranho e estranhar o familiar (Velho, 1994). O objetivo é captar os processos em movimento. Para Fonseca (1994) *“...o sucesso do contato educativo depende do diálogo estabelecido entre o agente e seu interlocutor e é nessa área de comunicação que o método etnográfico atua”* (p.02). Desta forma, o trabalho de pesquisa de campo consistiu em observações sobre o cotidiano dos jovens nas ruas e realização de entrevistas. Para Sarti (2007):

“As entrevistas constituem sobretudo uma oportunidade singular na vida das pessoas pesquisadas, a oportunidade de falar e principalmente de ser escutado. São a prova rara do conhecimento de sua existência por alguém que não pertence a seu mundo”(p. 24).

A pesquisa foi realizada em um dos locais onde os meninos mais convivem atualmente: a Escola Municipal Porto Alegre, localizada na zona central da cidade de Porto Alegre, próximo ao Lago Guaíba. A escolha se deu por ser um local que além de acolher as crianças e jovens em situação de rua, proporciona ensino. Não oferece apenas ensino regular, mas também oficinas de trabalho educativo. Tem por objetivo:

“ser um espaço de acolhimento, organização e socialização de saberes, assegurando à criança e ao adolescente socialmente excluído o acesso ao conhecimento elaborado historicamente, a partir da socialização e reconstrução deste conhecimento, potencializando ações voltadas para o trabalho educativo na perspectiva da construção de um projeto de vida autônomo” (p.125).

Nas primeiras visitas à escola procurei conhecer o ambiente, o espaço físico, as atividades realizadas, as pessoas que ali trabalham e as crianças e jovens que frequentam o espaço. As entrevistas foram realizadas em um período de três meses: agosto, setembro e outubro de 2007.

Os convites iniciais aos meninos para fazer as entrevistas foram feitos por mim, explicando que queríamos conversar sobre a “vida dos meninos de rua”. A direção da escola e a vice-diretora foram bastante receptivas ao trabalho, mostrando-se sempre disponíveis e disponibilizando um espaço no qual pudéssemos conversar a sós e com tranquilidade com os alunos. No caso das meninas, fiz três tentativas com três diferentes meninas que se negaram a conversar sobre o assunto. Uma delas ressaltou: “Não gosto de falar da minha vida, tudo o que aconteceu desde a minha infância foi triste e o que não foi triste aconteceu por causa de algum fato triste antes” (Ca, 18 anos). Outra menina grifou: “Não quero falar do presente porque também é ruim e não sei se vou ter futuro” (C, 18 anos). A terceira nos disse que simplesmente “não queria conversar” (V, 17 anos), de modo que depois destas tentativas resolvi não insistir.

Foi a partir de um roteiro temático que busquei conhecer a trajetória de vida de cada um. A elaboração do roteiro temático da entrevista se fundamentou na hipótese inicial da pesquisa de que esses jovens, mesmo trilhando caminhos acidentados e difíceis em suas trajetórias de vida, seriam capazes de construir novas formas de se relacionar com o mundo, que não através do abandono e da violência, e com o cotidiano que os rodeia. Foi por isso que estruturei o roteiro de entrevista tendo como base três momentos significativos desse processo: o momento que antecede a decisão de ida para a rua e como eram suas vidas em família; os motivos que os levaram a sair para as ruas; o período de permanência na rua; e o momento atual de suas vidas. Nesses três momentos: a saída para a rua, a vida na rua e o momento atual, buscamos identificar o tipo de relação que, objetiva e subjetivamente, tiveram com os principais agentes de interação social nesse período, focando nosso interesse nos seguintes temas: família, comunidade, escola, grupo de amigos e instituições de atendimento.

Coletei os dados para a pesquisa a partir dos relatos de quatro jovens em situação de rua, que possuíam idade entre 17 e 20 anos e que tinham tido a rua como seu local de moradia, identificando os fatores que contribuíram para a decisão de irem às ruas ou de saírem delas. A partir das entrevistas, busquei recompor suas trajetórias de vida, tendo como referência que a vida é uma história e é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa desta, ainda que os acontecimentos não ocorram, necessariamente, numa sucessão cronológica: *“o real é descontínuo, formado por elementos justapostos sem razão, cada um é único, e tanto mais difíceis de entender porque surgem sempre de modo imprevisto, fora de propósito, de modo aleatório”*(Alain Robbe-Grillet apud Bourdieu, 1986, p. 76).

Desta forma, o campo da pesquisa foi realizado com alguns jovens já conhecidos e outros desconhecidos. Foram escolhidos jovens em situação de rua que tiveram acesso a diferentes instituições, sendo que em uma delas trabalhou a pesquisadora, o que possibilitou a facilidade de acesso aos dados e documentos envolvendo a situação destes jovens. Tive, portanto, um universo de quatro jovens entre 17 a 20 anos, que vivem ou viveram em situação de rua. Esta definição de escolher jovens nesta faixa etária representa uma diferenciação, principalmente no contexto constitucional, que faz com que tenham diferentes tratamentos das políticas sociais. Até os 18 anos as crianças e os jovens estão dentro da proteção integral abrangida pela legislação. Ao completarem 18 anos, estes mesmos jovens passam a ser legalmente responsáveis pelos seus atos e perdem benefícios legais, como direito a abrigo e alimentação em instituições diferenciadas, além de passarem a responder por crimes que venham a praticar, recebendo por estes penas integrais.

A opção por trabalhar com jovens do sexo masculino deu-se pela menor presença de mulheres no espaço social dos moradores de rua.

Através de uma primeira análise dos prontuários, obtive o seguinte perfil:

QUADRO 1 - PERFIL DO GRUPO

NOME	SEXO	IDADE DE ENT/RUA	IDADE ATUAL	ESCOLARIDADE	ÚLTIMA INSTITUIÇÃO DE ATENDIMENTO
G	M	09 anos	19 anos	2ª série Ensino Fund.	ESCOLA PORTO ALEGRE
RR	M	12 anos	18 anos	3ª série Ensino Fund	EPA/ACOLHIMENTO NOTURNO
L	M	09 anos	20 anos	5ª série Ensino Fund	ESCOLA PORTO ALEGRE
DA	M	09 anos	17 anos	5ª série Ensino Fund	EPA/ACOLHIMENTO NOTURNO

Tabela 1 – perfil dos jovens que foram entrevistados

A tabela acima demonstra-nos que os quatro jovens vieram para as ruas muito cedo, na maioria dos casos com nove anos. A escolaridade deles é muito baixa e não ultrapassa a 5ª série do ensino fundamental. Os locais referidos como instituições de atendimento são os seguintes: Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA), que é uma escola com objetivo específico de trabalho e atendimento a crianças e jovens em situação de rua; e o Acolhimento Noturno, que é um local de pernoite para jovens de ambos os sexos na mesma situação. Este prevê a redução de danos, oferecendo serviços somente à noite e é um local onde tomam banho, fazem refeições, atividades lúdicas e pedagógicas e dormem. No Acolhimento Noturno os jovens entram às 19h e saem às 7h da manhã seguinte. Como percebemos pela tabela, todos os jovens tiveram como seu último local de atendimento o trabalho de redução de danos do Acolhimento Noturno.

Os relatos foram levantados através de entrevistas semi-estruturadas com os quatro jovens. Foram semi-estruturadas porque foram compostas por frases curtas e incompletas, solicitando aos jovens que as completassem com a primeira idéia que lhes ocorresse. Em estudos realizados com esta metodologia (Raffaeli, Koller, Reppold, Kuschick, Krum e Bandeira, 2001 apud Neiva-Silva & Koller, 2002) a reação imediata a uma sentença aberta, eliciava respostas espontâneas, sem tempo para a censura. Mais ainda: o fato de as sentenças serem estruturadas facilitava ao participante que as completasse, sem que ele mesmo tivesse que elaborar uma frase estruturada.

Outro instrumento de pesquisa que foi utilizado para registrar os dados de campo foi a fotografia. Esta revelou-se um instrumento para auxiliar no diário de campo, objetivando

registrar situações que, posteriormente, foram descritas.

Compartilho da posição de Melucci (2005) ao destacar que pesquisar acerca dos meninos que vivem nas ruas *“muda a atenção para as dimensões culturais da ação humana e acentua o interesse e a importância da pesquisa de tipo qualitativo”* (p.29).

2 – OS “MENINOS DE RUA” NAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS

No início da década de 80, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) estimou que havia, no Brasil, mais de 7 milhões de menores abandonados (cerca de 20% do total de “menores carentes”). No final dos anos 80, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o UNICEF calcularam que o número havia crescido para 30 milhões, o que corresponderia a quase 87% do total da população infantil brasileira da época.

Com base em diversos estudos, destes 49,6 milhões, 90% eram meninos e suas idades variavam entre 7 e 17 anos, com uma maior concentração no grupo entre os 11 e 14 anos, os quais começaram suas vidas nas ruas entre os 7 e os 12 anos e continuaram nelas até os seus 15 a 16 anos (Rizzini e Rizzini: 1991). Se este número de 49,6 milhões estivesse correto, significaria que existiam mais crianças vivendo nas ruas do que nos lares dos centros urbanos brasileiros.

No entanto, começou-se a questionar este número elevado de crianças nesta condição de vida e percebeu-se que englobar todas as crianças e jovens que viviam em situação de pobreza na categoria genérica crianças de rua acabava por mascarar os reais dados desta população que vivia grande parte de seu tempo na rua. A partir de então, as pesquisas começam a diferenciar aqueles que voltavam para casa dos que permaneciam na rua durante a noite. O norte-americano Mark Lusk realizou um estudo no Rio de Janeiro em 1993 sobre a população de crianças e jovens de rua. Pesquisou 113 crianças e jovens do Rio de Janeiro. Para ele, a falta de uma especificação padrão da produção sobre o assunto aumentava o número de crianças e jovens que realmente estavam nas ruas. Lusk também procurou quantificar este grupo estimado em um total de dois milhões de abandonados pelos pais. Ele dividiu a população que observou nas ruas em quatro subgrupos:

- trabalhadores de rua com bases familiares: é o grupo constituído por crianças e jovens que vivem com suas famílias, mas precisam ir trabalhar nas ruas para ajudar no sustento da casa. Estes representavam 21,4% dos 113 entrevistados. Deste grupo, 90,9% eram meninos e 72,7% iam à escola. Suas famílias são compostas por pai (ou padrasto) e mãe em 59,1% dos casos e pouco se envolvem em atividades ilegais. A média de idade deste grupo foi de 13 anos.

- trabalhadores de rua independentes: representaram 50,5% da população que foi entrevistada. Lusk alerta que com estes meninos os laços familiares começam a se desintegrar, pois passam a se envolver mais com a rua; as famílias destas crianças e jovens são constituídas de ambos os pais em 61,5% dos casos. A maior parte do grupo também é de meninos (73,1%), sendo que 60% deles já haviam tido envolvimento com a polícia ou com outras instituições. Deste grupo, só 30,8% disseram estar freqüentando a escola. Eles dormiam na rua esporadicamente e estavam mais envolvidos com atividades ilegais (44,9%). Sua média de idade também foi de 13 anos.

- crianças de rua: eram somente 14,6% da população de crianças e jovens nas ruas. São crianças que já não possuíam mais vínculos familiares. Advinham de famílias constituídas de pai e mãe (53,3%) e tinham uma forte tendência por se envolver em atividades ilegais (60%). Em sua maioria são meninos e a maior parte estava envolvida com drogas (73,3%). Vários admitiram terem sido presos ou estado em instituições de correção (80%) como a FEBEM. A idade média foi de 14 anos e somente 6,7% deles ainda continuam freqüentando a escola.

- crianças de famílias de rua: representaram 13,6% dos entrevistados. 64,3% eram meninos. Permaneciam o dia inteiro na rua com suas famílias que na maioria dos casos (64,25%) era constituída somente pela mãe e os filhos, havendo a ausência de uma figura masculina. Envolviam-se significativamente com atividades ilegais (38,5%) e com drogas (57,1%). A relação com instituições repressivas foi menos freqüente, somente 14,3% admitiram ter ido para algum local destes. A média de idade é baixa: 10 anos e 4 meses, e somente 14,3% freqüentavam a escola.

Outros estudos conduzidos em diversas cidades do país constataram números bem menores dos que os já apresentados. No Rio de Janeiro, através de um estudo do Ibase em 1993, foram encontradas 797 crianças e jovens, com menos de dezoito anos dormindo nas ruas. Em São Paulo, estudo guiado por 23 instituições diferentes chegou ao número de 895 crianças e jovens dormindo ao relento. A partir daí, já se falava em um número bem menor de crianças e jovens vivendo nas ruas do Brasil, aproximadamente 13 mil.

Uma das primeiras abordagens em relação ao tema dos meninos de rua foi a realizada por Rosa Fischer Ferreira no trabalho “Meninos de rua: expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo” realizado no fim dos anos 70 sobre o perfil de vida de crianças nas ruas na cidade de São Paulo. Em meados do final dos anos 70, o assunto dos meninos de rua começou a ganhar visibilidade e passaram a ser conhecidos como menores abandonados.

É na década de 80 que começam a surgir as primeiras pesquisas sobre a população de meninos de rua. Estes estudos, em sua maioria qualitativos, descreviam o perfil dos então

chamados meninos de rua e seu cotidiano nas ruas. Os pesquisadores começavam a focalizar a situação em que se encontravam as crianças de classes de baixa renda. Os meninos de rua ficaram então conhecidos como a geração da rua (Rizzini: 1986). Nesta fase, ainda não existia uma tipologia de população de crianças nas ruas, não diferenciando aqueles que moravam nas ruas daqueles que utilizavam-nas para o sustento e retornavam para casa. A preocupação dos estudos era a de traçar um perfil descritivo dessa população e de sua vida nas ruas.

Até esta fase a tendência era de englobar todos na categoria genérica de meninos de rua, mas no fim da década de 1980 começa a surgir a distinção entre aqueles que voltavam para casa e os que permaneciam na rua à noite.

A partir do trabalho de Peter Taçon (1985), passou-se a discutir a distinção entre crianças nas e das ruas. Esta distinção, que fora utilizada em diversos países, buscava diferenciar as crianças que estavam nas ruas como uma forma de sobreviver e mantinham seus laços familiares daquelas que acabavam perdendo esses elos.

No início dos anos 90, também começam a ser abordados novos temas em relação à família destas crianças e os fatores que os impeliram a ir para as ruas. Em 1991, Fausto e Cervini lançam o livro “O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80” que reuniu textos de diferentes cientistas sociais que discutiam o problema em Goiânia (GO). As entrevistas realizadas com as crianças e seus familiares mostravam que estes não eram menores abandonados como se pensava, pois tinham famílias. Outra revelação foi que as crianças que viviam em situação de pobreza, os chamados menores, representavam mais da metade da população entre 0 e 17 anos e que não eram uma minoria como se pensava (Rizzini e Rizzini: 1991).

Várias foram as terminações utilizadas para tratar do assunto das crianças e jovens que vivem nas ruas como: crianças em situação de rua, crianças e adolescentes em situação de rua, meninos e meninas de rua, criança e adolescente pobre de rua, crianças e adolescentes de rua, meninos em situação de rua. Essas expressões coexistiam e apareceram em diferentes trabalhos. A partir de 2000, aparecem expressões como: meninos em situação de risco e jovens moradores de rua. Segundo Rosemberg (1993):

“Assim, criança carente, abandonada, trabalhadora, de rua, foram expressões usadas indiscriminadamente por muitos durante a década de 80, unificando sobre o mesmo rótulo identificador, a diversidade de situações de vida de crianças e adolescentes empobrecidos” (p. 73).

As abordagens realizadas na última década passaram a questionar a categorização da criança ou adolescente como sendo “de rua”. Esta proposta de análise da categoria “crianças de rua” está relacionada aos debates realizados no campo das Ciências Sociais, particularmente na área da Sociologia da Infância. Esse movimento de âmbito internacional

buscou discutir conceitos e velhos paradigmas sobre a infância definindo-a como uma categoria social que refletia visões específicas da sociedade. Esta corrente problematizou a forma estigmatizadora e excludente como a sociedade enxergava essas crianças.

A terminologia utilizada para designar os grupos de crianças nas ruas foi se modificando a partir da inclusão de novos elementos:

“o termo “menino de rua”, que inicialmente parecia abarcar a todos indistintamente, passou a incluir os “meninos nas ruas”, destacando o aspecto de transitoriedade de alguns; para depois se transformar em “meninos e meninas”, mostrando que surgia uma preocupação com as diferenças de gênero. Nos últimos anos foi adotada uma nova série de termos denotando o caráter particular e efêmero da “situação” em que se encontram estas crianças, como por exemplo: crianças em circunstâncias especialmente difíceis, crianças em situação de rua, crianças em situação de risco ou de vulnerabilidade.” (Rizzini, 2003, p.36 e 37).

Marília Spósito, coordenadora do balanço sobre a produção na área de Educação em estudos sobre Juventude e Escolarização entre 1980-1998, lançado em 2002, alerta que:

“do ponto de vista da luta política, a adoção uniforme de designações como meninos e meninas de rua, por exemplo, para cobrir a ampla faixa atingida pela proteção da legislação, revelou, em algumas situações, sua eficácia em introduzir nova esfera de legitimidade: a idéia de sujeitos de direitos em populações alvo do estigma diante de sua condição de “menores”. Mesmo assim, como alerta Rosemberg (1993), tais designações, na maioria das vezes, têm agravado certos estereótipos, ao invés de enfraquecê-los. Mas essa prática, sob o ponto de vista da produção do conhecimento, é expressão de um grau acentuado de indefinição teórico-metodológica e de tratamento uniforme de situações psicossociais extremamente diversas. Essa imprecisão dificultou até a identificação dos sujeitos escolhidos para a investigação, pois adolescentes e crianças foram tratados como categorias dissolvidas, sobretudo, em uma idéia abstrata de infância” (p.21).

Neste trabalho, optamos por utilizar o termo meninos/as que vivem nas ruas como sendo as crianças e jovens que ficam na rua fora do alcance da família e longe de seus cuidados. Em geral, sobrevivem das ruas, podendo passar algumas horas por dia fazendo algo que lhes renda algum dinheiro ou morando nas ruas e em instituições que lhes dão abrigo temporário⁴. Propondo que não se identifiquem essas crianças e jovens como “meninos/as de rua”, porque sua situação é apenas uma etapa em suas vidas, o fato de estarem ou terem vivido nas ruas é o que os caracteriza. Segundo Koller e Hutz (1996), definir crianças como pertencentes a grupos estáticos como meninos de rua ou meninos na rua, é uma temeridade, pois a complexidade e a diversidade do espaço da rua produz uma dinâmica bastante particular à vida das pessoas que dela se utilizam.

Várias pesquisas já foram realizadas sobre a caracterização de crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil: (Craidy, 1999; Lemos, 2002; Graciani, 1997; Gregis, 2002; Gregori, 2000; Koller&Hutz, 1996; Lusk, 1993; Martínez Reguera, 2005; Milito&Silva, 1995; Minayo, 1993; Müller&Morrelly, 2002; Rizzini, 2003; Rosemberg, 1993; Westphal,

4 A este respeito ver Rizzini (2003).

2001). Buscando um maior conhecimento sobre esses sujeitos, optamos, então, por realizar esta pesquisa na perspectiva da Educação e das Ciências Sociais.

Sua identidade vai se constituir na relação com estes limites. O ser humano nunca é algo pronto, acabado e único. Nossa identidade não se desenvolve a partir de um único núcleo, mas é constantemente formada na relação que temos com os outros, pois é na relação que se estabelece com o olhar do outro que o sujeito vai criar seu sistema simbólico de pertencimento e de identificação. Para Morin (1986), a identidade é múltipla, não uma essência estática, mas um processo fluído de interações com o mundo e com os outros. E, para esses jovens:

“O eterno presente é traído pelo corpo que teima em crescer, em tomar novas formas, em impor novas necessidades, em fazer-se adulto, em chegar aos temidos dezoito anos, nos quais desaparece o único privilégio precariamente vivido – forma de discurso envergonhado da sociedade culpada e das autoridades que não conseguiu dar-lhe vida: é o direito à proteção especial e à imputabilidade penal garantida pela Constituição brasileira de 1988, até a idade de dezoito anos” (Craidy, 1999, p. 23).

Para o jovem que vive nas ruas o confronto entre o que ele é e o que deveria ser é constante, visto que a imposição da chegada da idade adulta requer o estabelecimento de definições e uma suposta autonomia. Para Lemos (2002):

“...a juventude, para os jovens moradores de rua, representa uma identidade liminar (também própria do momento ritual) entre o que ainda não foi – a infância – e o que talvez não chegue – a idade adulta” (p.135).

Sua socialização na infância e na juventude se construiu na mobilidade entre a casa, a rua e as instituições. A sociedade impõe que este jovem tenha uma identidade estável e em conformidade com o que está definido socialmente, como se houvesse um padrão de normas e condutas para o “ser jovem”. Segundo Melucci (2005),

“Inicialmente os processos de individualização das sociedades complexas tendem a criar condições de autonomia para os sujeitos individuais. Os indivíduos são abastecidos de recursos para conceberem-se e para agirem como sujeitos autônomos da ação” (p.28 e 29).

A sociedade acaba ditando um ideal de juventude ao jovem morador de rua, esperando que ele amadureça, tenha projetos saudáveis a partir do momento em que legalmente se tornam adultos. No entanto, como ter um projeto de vida saudável, se tornar autônomo do dia para a noite?

A identidade significa se configurar face aos outros. Para Craidy (1998): *“possuir uma identidade é ser alguém socialmente, existir face aos outros”*. Segundo Marx, as estruturas socioeconômicas desempenham papel decisivo na constituição da consciência e da identidade das pessoas: Não é a consciência dos homens que determina seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência (Marx, 1983 apud Craidy, 1998, p.24). Para

Ciampa (1990), a identidade é metamorfose constante, é permanência e transformação porque se dá no mundo concreto como síntese de múltiplas determinações.

2.1 - A INFÂNCIA, A JUVENTUDE E A SITUAÇÃO DE RUA

Para Freitas (1997), se fôssemos arriscar uma visão panorâmica do século XX através dos documentos produzidos pelas instituições, com suas variáveis descritivas, normativas e ideológicas, poderíamos sinalizar o seguinte dado: as carências infantis de toda a ordem têm sido associadas a uma questão maior que é a do desenvolvimento econômico (em muitos casos do tipo industrial) reconhecido como “chave” para a solução de tais problemas. Os documentos produzidos no século XX revelam um século vazado pela idéia de que o desenvolvimento econômico é uma política preventiva global contra o desamparo da infância. A infância:

“Tem sido considerada um dado subordinado ao tema desenvolvimento, de modo que, ao se considerar que os poderes governamentais estão incapacitados para gerir e fomentar o desenvolvimento econômico, retira-se, paulatinamente, dos mesmos poderes a obrigação de pensar aqueles temas como questão de Estado” (Freitas, 1997, p.12).

A juventude, ao longo da história da humanidade, nem sempre foi reconhecida como uma etapa do ciclo de vida das pessoas, assim como a construção da infância é algo relativamente recente. As crianças no passado eram considerados adultos pequenos, tanto é que trabalhavam como adultos e somente depois de algum tempo começou a haver uma preocupação em diminuir e diferenciar a jornada de trabalho das crianças. Ariès afirma que *“a especificidade da juventude foi reconhecida em outros tempos e em outras sociedades anteriores à era medieval (...) revela a particularidade do vínculo social pelo qual a juventude aparece como configuração própria da experiência moderna”* (apud Peralva, 1997, p. 14). Touraine (1993) corrobora com Ariès ao dizer que:

“a definição da infância e da juventude como fases particulares da vida torna-se não apenas uma construção cultural, mas uma categoria administrativa – vale dizer jurídica e institucional, ainda que abrigando fortes diferenças sociais no seu interior”(apud Peralva, 1997, p.17) .

O jovem, na sociedade moderna, é considerada como aquele que não se adequa as regras sociais, consequentemente, é um desviante, alguém que não se enquadra nos padrões. Desta forma, o jovem é visto de forma negativa pela sociedade. Para Peralva (1997),

“importantes mudanças sociais e culturais incidem sobre as representações relativas à especificidade das fases do ciclo vital, alterando-os profundamente. As transformações nas relações de trabalho e o prolongamento da escolarização são provavelmente mais importantes” (p.22).

Desta forma, podemos dizer que a juventude não pode ser definida por faixa etária ou por formas de comportamento. Cada sociedade é que define o que caracteriza a sua juventude, sendo assim, uma construção cultural. Hoje em dia, há uma intensa valorização do “ser jovem”, pois todo mundo quer se manter jovem. A juventude, portanto, “*é associada a valores e a estilos de vida e não propriamente a um grupo etário específico*” (Peralva, 1997, p. 25).

A relação com a família aparece em vários trabalhos como uma das principais causas da saída da criança ou jovem para a rua. Segundo Woortmann (1987), a família como uma unidade ideológica, é construída culturalmente no contexto sócio-econômico, no qual está inserida, consiste em laços consangüíneos e/ou afetivos, como um grupo doméstico, e como uma unidade social, ligada a um arranjo residencial, podendo ainda incluir membros não relacionados por parentesco. Estudos recentes demonstram que a verdadeira causa da saída para a rua⁵ é a miséria econômica e afetiva, que gera exclusão social imposta às famílias de classes de baixa renda urbanas e origina o aumento da população infanto-juvenil nas ruas brasileiras e no mundo inteiro (Alves, 1998; Carvalho, 1999; apud Neiva-Silva&Koller, 2002, p. 209).

Partimos da idéia de que o ser humano não se desenvolve em saltos, mas em processo. Por isto, não há como estabelecer se uma criança ou jovem que vive nas ruas tem vínculo com a família ou não tem mais. Este processo ocorre, em geral, de forma lenta e gradual. Por exemplo, no início, um grupo de irmãos sai de casa após a escola para pedir na sinaleira, durante 3 ou 4 horas, num local próximo de onde moram. Posteriormente, o tempo de permanência na rua vai aumentando, eles já não vão mais à escola, mas ainda retornam para casa. Mais tarde, já não retornam mais para casa todos os dias e ficam em locais cada vez mais longe de onde moram. Para a família, aquela saída sem retorno que era esporádica agora torna-se diária. Paralelamente, estas crianças que antes ficavam sozinhas agora já desenvolveram toda uma rede de apoio social, fazendo amizades com outras crianças, com moradores do local onde passam o dia e a noite. Antes, seu trabalho tinha como objetivo ajudar no sustento de sua família, agora, passa a fazer parte da manutenção de sua própria subsistência. Todo este processo, em geral, contribui para a desvinculação familiar mas não é o único motivo de permanência na rua:

⁵ A rua não é só um espaço físico concreto, mas também como um contexto onde são estabelecidas e desenvolvidas as principais relações de socialização da criança e do adolescente que nela vivem, de forma parcial ou integral (Neves-Silva & Koller, 2002, p.219).

“Pais e filhos estão diante de processos de exclusão do mercado de trabalho formal e de rebaixamento do valor do salário. Por tais razões, os pais também estão socialmente desprovidos dos meios de controle de um tempo de latência e indeterminação dos filhos, diante do fechamento da inserção laboral, embora seja a alternativa por eles valorizada para a construção social do ser adulto” (Guedes, 1997; Neves, 1999 apud Neves, 2003, p.74).

De acordo com Sarti (2007), frente a estes problemas, torna-se difícil delimitar a infância entre os pobres. A regra é que as crianças desde muito cedo, com seis ou sete anos, tenham atribuições dentro da família (Dauster, 1992). A rua é genericamente o espaço da desordem. Se a “rua” se contrapõe à “casa”, como a desordem contraposta à ordem, configura também um local de trabalho para as crianças. No sentido de ser “secundário” em relação ao do provedor principal, e parte fundamental das obrigações familiares. O problema é quando o desemprego faz com que eles (crianças) se tornem os principais provedores.

O crescente número de crianças e jovens em situação de rua espelha as consequências do capitalismo periférico e dependente do Brasil. A miserabilidade e o risco pessoal e social caracterizam a situação da criança/jovem em situação de rua. A situação de rua de mendicância pode ser caracterizada da seguinte forma: crianças ou jovens (menores de 18 anos) que exercem atividade que garanta a própria subsistência e às vezes também da família através da mendicância (de dinheiro, produtos ou alimentos), exploração do trabalho infantil (venda de produtos/serviços) e/ou pequenos roubos, furtos ou comércio de drogas. Boa parte das meninas e alguns meninos são expostos à exploração sexual para garantirem a sua sobrevivência.

A rua passa a ser não mais um local de passagem, mas de permanência; o lar passa a não delimitar mais o espaço privado, da família. A rua que seria o espaço público se mistura agora ao privado:

“Na rua, eles encontram meios de trabalho e modos instrumentais de acesso a recursos. Não só estas crianças, mas a maior parte daquelas oriundas das famílias mais empobrecidas, estão aí porque vêm sendo pressionadas a reduzir o tempo de dependência em termos de consumo, e a conquistar prematuramente a autonomia diante dos pais (...) Em quaisquer dos casos, eles na rua estão porque são alcançados por processos de empobrecimento dos trabalhadores, e de produção dos indesejáveis pelo mercado de trabalho formal” (Neves, 2003, 72).

A questão da liberdade é um dos principais desejos que afligem os meninos e meninas que vivem nas ruas. A convivência com outras crianças e jovens, a falta de controle de um adulto, a possibilidade de fazer muitas coisas em diferentes horários e as oportunidades de lazer que os centros urbanos oferecem são fatores que atraem as crianças e jovens para o mundo da rua. Um trabalho que deu ênfase a esta questão foi o de Maria Filomena Gregori (2000). Gregori alerta que embora a rua possa representar a liberdade, para os jovens que vivem nas ruas ela traz “uma existência cuja origem está relacionada aos padrões indicados

por uma dinâmica familiar – a circulação de crianças, a mobilidade urbana, instrução escolar irregular, familiaridade com a cidade” (p. 100). Por isto, Gregori vê a família como “parte do contexto que estimula uma experiência de circulação que poderia ser – e que muitas vezes é – utilizada na rua” (Ibid). Essa pretensa liberdade também faz com que as crianças e jovens que vivem nas ruas estejam mais suscetíveis a violência. O caso mais conhecido em nossa história foi o da Chacina da Candelária, ocorrido em 1993, quando uma criança e sete jovens foram mortos a tiros por policiais.

Esta circulação exacerbada, essa mobilidade que meninos/as que vivem nas ruas têm não representa um fluxo de liberdade que eles acham que tem, mas sim um impedimento de circular por outros espaços: *“Apesar de aparentemente livres, pagam o preço dessa suposta (ou não) liberdade com a impossibilidade de se estabelecer de alguma maneira, de se enraizar”* (Lemos, 2002,132). Para Cláudia Fonseca (1995) o rearranjo familiar, o conflito entre gerações e a circulação de crianças configuram-se como principais causas de saída para a rua: *“... a privação econômica é obviamente um fator-chave. Todavia sem um exame cuidadoso dos fatores sociais e culturais através dos quais ela é mediada, a miséria nada pode explicar”* (p.17).

Benedito dos Santos (2001) aponta que não há um determinismo social que leve às crianças que esmolam ou realizam pequenas atividades de comércio a passar a habitar a rua de forma mais sistemática. Agregam-se à luta pela sobrevivência fatores como a violência intrafamiliar, a instabilidade nas relações pessoais e comunitárias. Portanto, o fato de crianças ou jovens estarem mal vestidos, ausência de calçados, mãos, pés e rosto sujos, denotando pobreza e abandono, nada mais é do que a criação de um estereótipo da criança pobre. A pobreza, tomada isoladamente, não caracteriza uma criança ou jovem como estando “em situação de rua” (Carrizosa & Poertner, 1992; Martins, 1996b; Oliveira e cols, 1992; Swart-Kruger & Donald, 1996; Williams, 1993 apud Neves-Silva & Koller, 2003).

Sabe-se que o que os leva a permanecer nas ruas são fatores de ordem mais complexa, entrecruzando questões econômicas, sociais e culturais. Entre estes fatores, o “grupo”, “a droga” e a “liberdade”, que se esconde numa suposta autonomia, são os fatores mais citados como prioritários na vinculação com a rua enquanto lugar de permanecer. É principalmente nesta fase de “rualização” que o uso abusivo de drogas torna-se constante em grande parte desta população de crianças e jovens.

E, justamente, por estarem nesta situação de rua, crianças e adolescentes não estão sendo protegidos e, portanto, o ECA não vem dando conta desta situação já que seu principal objetivo é a proteção. Para Lemos (2002):

“A não proteção dos direitos básicos (crianças dormindo nas ruas, roubando e/ou revirando o lixo para viver, vendendo seus corpos por um pouco de comida e proteção, injetando-se com seringas contaminadas pela água do esgoto e pelo vírus HIV) é que define o abandono social”(p.47).

A atuação do poder público e das Organizações Não-Governamentais (ONGs) têm sido muito difusa, dispersa, com ações pontuais e fragmentadas. Com isso, a eterna sociedade desigual brasileira só aumenta este contingente que os órgãos voltados para este trabalho continuam não conseguindo atender a todos. Não há uma concepção homogênea sobre o assunto. A cada eleição surge uma nova proposta salvadora que irá liquidar com a situação de rua de crianças e jovens, porém efetivamente isto não ocorre, pois os planos não visam um atendimento integral às crianças e jovens em situação de rua e, o paternalismo e o clientelismo ainda predominam. Neste sentido, não se constrói um indivíduo autônomo que chega aos 18 anos necessitando de noções de cidadania. Pois, para Lemos (2002):

“...pode-se mesmo questionar o grau de cidadania que faltaria atingir para uma vida mais digna, mas não se pode medir o que estes pequenos projetos pessoais representam na vida de cada ser humano. Neste contexto, os conceitos de fracasso ou de sucesso se medem pela habilidade em se manter vivo por mais tempo e em dar um sentido pessoal e relacional às suas vidas (...) a idade de ser adulto exige a determinação de projetos. Porém, ela demanda uma organização de si e com o mundo, não mais de um mundo paralisado num tempo fictício”(p. 106 e 107).

As políticas públicas tornam imperceptíveis as diferenças entre marginal e marginalizado. O termo “menor” desbordou de sua instância jurídica de origem e tem sido usado na maioria das instâncias como correlato à marginal, pivete, pobre, carente, desviante, entre outros. O que é um erro porque juridicamente “menor” é aquele que não atingiu a maioridade, portanto o termo descreve uma faixa etária e determina um corte relativo à idade, referindo-se tanto ao desenvolvimento da vida biológica quanto à vida cívica, uma vez que ao atingir a maioridade todos temos direitos e deveres iguais.

É claro, que a diferença de classe interfere nisso porque nunca um jovem de classe média menor de 18 anos irá ser chamado de “menor”. Assim, crianças e jovens que estão nas ruas são “menores” não pela categoria jurídica, mas porque são filhos de famílias excluídas do processo produtivo e de outras esferas da sociedade, são frutos de uma anomia resultante da miséria. E, eles também, já fazem parte desta massa que futuramente será excluída do mesmo processo.

E, assim, os governos dão graças quando um jovem completa 18 anos porque agora ele não é mais responsabilidade do Estado: *“Brusca, mágica e radical mudança, presente de aniversário com a qual grandes contingentes de jovens, vêem saudada a chegada de sua maioridade plena” (Ribeiro; Barbosa, 1987, p. 39).* Para Lemos (2002): *“Seria o momento ideal para incidir sobre prováveis projetos de vida, pois é um dos poucos momentos que o*

menino “*pensa*”, ou talvez, “*sente*” o tempo que está por vir, o futuro”(p. 107). Ao completarem 18 anos, os jovens que vivem/moram nas ruas percebem o seu tempo de vida, ou melhor, a sua idade, pois é neste momento que os serviços de atendimento vetam a sua entrada por ele já ser “de maior”. É a chamada “crise dos dezoito” que é reconhecida, segundo Lemos (2002):

“...como o período mais difícil para quem vive nas ruas (...) Esta crise pode começar a apresentar sinais desde os 16 anos, dependendo do grau de consciência da situação. Outros só conseguem sentir o peso dos dezoito anos quando cometem um ato infracional corriqueiro e vai parar no cadeião e não mais na Febem”(p.107).

As características dos jovens adultos são bastante diferentes do resto da população mais velha que vive nas ruas. Contudo, os programas sociais, que se utilizam somente do critério da legislação, fazem com que o jovem, ao completar 18 anos, fique restrito ao atendimento de adultos, “*Por isso, têm sido criadas algumas instituições cujo objetivo é o controle do tempo dos jovens, especialmente dos jovens que estejam prestes a alcançar a idade adulta e, portanto, conquistar autonomia*” (Neves, 2003, 70). Para os jovens desta idade agrupar-se aos seus iguais agora, ou seja, os adultos, torna-se mais difícil porque eles não se vêem nem mais como crianças nem tampouco como adultos. O sentimento de pertencimento à rua torna-se mais difícil. “*A crise dos 18 anos é uma retirada do pouco chão que ainda lhes resta sobre os pés. Neste momento, cada vez mais, existem a pressão externa e o apelo à decisão interna de um projeto de vida ou de um projeto de morte*” (Lemos, 2002, p.112).

O jovem que vive nas ruas parece aguardar uma morte próxima, mas ele não fica imóvel na espera por ela: “*tais usuários devem aprender a lidar com, e a tirar partido dos estigmas, das humilhações, das flagelações, da violência, e até mesmo da administração da ameaça de morte e de seu fato recorrentemente consumado no cotidiano imediato*” (Neves, 2003, p.71). Busca, incessantemente, viver os momentos que lhes restam fugindo da dor e buscando prazer, conduta que está ligada ao uso de drogas e de assumir uma conduta de risco ainda maior, desafiando a morte a cada dia:

“sem o risco da morte, a consciência individual não poderia adquirir sua têmpera, isto é, afirmar-se... o risco da morte é participação, e a participação é a vida. O medo da vida é o medo da morte, e o medo da morte é o medo da vida. Viver é assumir o risco de morrer” (Morin, 1997, p.270).

Esses jovens procuram no risco da morte uma lucidez e afirmação de sua individualidade porque “*Na verdade, o risco de morte se abre a participações lúdicas (a aventura pela aventura, o perigo pelo perigo etc) (...) se identifica com forças, com realidades que a exaltam*” (Morin, 1997, p.74 e 75).

A violência tanto física quanto simbólica também é outro fator que contribui para a vitimização da infância e da juventude, pois a tríade estruturada na modernidade casa-família-escola já sofreu e continua sofrendo uma série de mudanças e não corresponde mais às necessidades de proteção. Por isto, o processo de opressão e exploração com estas crianças e jovens é constante. E a falência das políticas sociais básicas como educação, saúde e esporte também contribuem para este processo de exclusão.

A exposição realizada acima procurou demonstrar que historicamente as crianças e jovens filhos de classes de baixa renda foram sendo tratadas de diferentes formas ao longo dos anos. No entanto, a situação de desfavorecimento e de miséria de um grande contingente da população permanece praticamente a mesma desde o nascimento do Brasil. Cabe, ainda, às políticas sociais e ao Estado uma maior atenção a ser dada à proteção de crianças e jovens e, principalmente, aos menos favorecidos.

3 – TRAJETÓRIAS DE VIDA

3.1. G.

O jovem G. F. M. M. nasceu em 1988. Atualmente está com 19 anos. Não há como dizer que provenha de um determinado bairro, pois como é característico do histórico das crianças e jovens oriundas de classes de baixa renda, sua família já morou em vários lugares. Gregori (1990) constatou um alto grau de instabilidade nestas famílias. Ela destacou o fato de que elas já estavam constantemente se deslocando por problemas de moradia, trabalho, etc., muitas crianças acabavam circulando entre os parentes ou sendo criadas por pessoas que não os pais.

Sua mãe atualmente mora na Vila Ipê II, uma vila popular de casas simples, mas ela mora com outras famílias, em um prédio abandonado onde funcionava um posto policial. G. é o filho do meio de uma família de onze irmãos. Sua mãe reside somente com três de seus onze filhos. Seu pai mora em uma praia do Rio Grande do Sul:

“ele nunca deu assistência pra nenhum dos filhos. Na realidade eu não acho nada porque eu tenho é que seguir a minha vida, tô seguindo a minha vida em diante, né meu? Porque quando eu crescer na vida eu vô lá na minha mãe e ela vai vê que eu não tô robando, não tô me drogando, que eu tô seguindo o meu caminho, porque se eu ficá em casa, se eu dependê da minha mãe ou da minha família não tem nada pra mim. A minha mãe sempre foi faxinera, limpava a casa da patroa dela e cuidava de criança. Eu até tinha as coisa dentro de casa, mas eu saí de casa por *otros* bagulho”.

A mãe de G. além da Vila Ipê II já morou também na cidade de Viamão que pertence à região metropolitana de Porto Alegre. Até há pouco tempo, G. estava morando em uma República para jovens adultos em Porto Alegre. Frequenta a Escola Porto Alegre (EPA)

durante todo o dia, estudando na terceira série do ensino fundamental pela manhã e freqüentando oficina de papel reciclado à tarde.

Segundo histórico institucional, G. ao ficar doente com seis meses de idade foi abandonado pela mãe em um hospital de Porto Alegre. Morou até os cinco anos, aproximadamente, em uma instituição da FEBEM quando voltou para a casa da mãe. Morava com a mãe, os irmãos e o padrasto. Segundo ele, o padrasto agredia a ele e seu irmão. Como a mãe não se posicionava para defendê-los, aos 9 anos, G. e o irmão começavam a fugir de casa, ao invés de irem para a escola, onde G. estava na primeira série do Ensino Fundamental, iam pedir no centro da cidade de Viamão:

“É que é o seguinte, a minha mãe morava com o meu padrasto e aí ele bebia e batia em mim e no J. Aí quando eu era pequeno, eu morava em Viamão, aí eu fugia *pro* centro de Viamão e ficava sempre lá. A gente morava no Ipê aí a minha mãe conheceu o meu padrasto e foi morar lá no Monte Alegre. Aí a minha mãe começou a brigar com ele porque ele batia em *nóis* e ela não gostava, aí ela pegô e *zarpô*”.

A partir daí G. já não freqüenta mais a escola e cada vez menos retorna para casa. Depois de já algum tempo na rua começa a freqüentar a casa de uma senhora que ele chama de “madrinha”, mas ele não consegue se vincular a ela e acaba retornando para a rua. Ainda com nove anos, através de uma ação do Conselho Tutelar passa a morar em um abrigo onde vive até os doze anos. Como o abrigo onde morava destinava-se as crianças e adolescentes cujas famílias fossem oriundas de Viamão, G. não pôde permanecer, pois sua mãe estava morando em Porto Alegre.

Ao sair do abrigo passou a viver nas ruas novamente, só que, desta vez, nas ruas de Porto Alegre. Nesta época, começa, então, a utilizar drogas como os solventes, droga esta que utiliza até os dias de hoje: “*Aí eu comecei a ‘fugi’ todo dia, comecei a fumar, a usá droga, usava loló. Eu fugia aqui pro centro, eu e o meu irmão. Às vezes só eu, porque eu gostava mais de ‘fugi’. Saía pro ‘coléjo’ e largava*”. Após várias tentativas institucionais de retorno para casa, G. não consegue se fixar em nenhum local. A mãe, mesmo participando de um Programa de Apoio e Proteção Familiar não consegue se organizar. G. começa a ir aos finais de semana para casa da mãe mas logo diz que não irá mais porque a mãe grita o tempo todo. Depois deste período de visitas à mãe o menino passa a viver quase que exclusivamente nas ruas por aproximadamente dois anos. Com 16 anos, começa a freqüentar novamente um albergue para jovens e a EPA. Quando completa 18 anos consegue se organizar e ir morar em uma República para jovens, mas não consegue permanecer por muito tempo voltando a dormir nas ruas onde fica atualmente.

Quando questionado sobre o motivo que o levou a ir viver nas ruas G. é enfático em dizer que foi por causa das atitudes da mãe:

“ela era tri, só que ela bebia né meu? Tomava vinho, bebia pra caralho. Eu gosto dela né meu, mas o que ela fez pra mim, por causa do meu padrasto, que na frente dela ele não fazia nada, aí depois que ela foi vê o que ele fazia, aí não adianta mais. Agora ele tá preso né, tá no presídio e sem querer falar assim...bem dizê foi culpa dela né, de eu fugi de casa. Porque ela via um monte de coisa errada e ela *dexava* né meu? *dexava* isso *acontecê*, aí eu falava isso pra ela: agora não adianta mais, agora eu já tô na rua, os cara que tão na rua querem se *ajudá*, agora não adianta mais e eu falei pra ela. Porque a minha vó disse “fica em casa, eu vô te dá de tudo” aí eu disse que eu não tinha que *ficá* dependendo dela e nem da minha mãe porque eu tô vivendo na rua eu tô lutando, né meu? Tô procurando meus bagulho”.

Para ele:

“Eu queria algumas *coisa* que eu não conseguia, tipo assim *tê* a minha casa, o meu videogame, a minha tv, minha bicicleta, *tê* a minha *ropa* todos os *dia* assim, *tê* vários bagulho que nem os *otros* guri têm, tá ligada? Que nem o meus *primo* lá, eles tem de tudo, eles tem moradia, tem *ropa*, tem tudo né meu? Meu, tem tudo que eles querem, tem estudo, tem escolaridade e eu não, eu se eu for pra lá eu *vô* fica como? o que *vô* *ficá* como um burro, né meu? não sei *lê* nem *escrevê*, não tenho emprego nem nada, não trabalho, sem *falá* que eu *vô* *te* que *ficá* dependendo da minha mãe e eu não *vô* *ficá* em casa lá dependendo da minha mãe”.

Segundo Melucci (2005),

“Inicialmente os processos de individualização das sociedades complexas tendem a criar condições de autonomia para os sujeitos individuais. Os indivíduos são abastecidos de recursos para conceberem-se e para agirem como sujeitos autônomos da ação (p.28 e 29).

G. vê a entrada na maioridade de forma tranqüila e até com uma certa motivação, para ele “*‘sê’ de maior é mais responsável*”. Quando questionado sobre o período em que viveu nas ruas, chamou-nos a atenção o fato de G. avaliar que mesmo estando morando em uma República ainda considera estar morando na rua: “*fiquei na rua dos 9 até os 19, ‘tô’ ainda na rua*”... Diante desta afirmação, questioneei, então: “*mas tu tá na rua ainda?*” ele alegou: “*não, na rua não, ‘tô’ morando na república, mas não tenho casa. Mas bem ‘dizê’ na rua porque eu tô fora de casa né*”.

O segundo dia de entrevista foi particularmente bem difícil. G. não queria conversar, ou pelo menos falar sobre assuntos que havíamos falado da última vez. Na primeira entrevista ele falou bastante e não se mostrou arredio como nas outras. Depois da primeira entrevista todos os dias que eu combinava com ele para a entrevista e chegava na escola ele dizia que naquele dia não podia, primeiro porque teria que ser em outro horário, ou que estava com muito trabalho, ou que estava com sono. Então resolvi dar umas duas semanas de “folga” pra ele. Ia à escola e conversava com os outros meninos e parei de insistir para que conversasse comigo. Aos poucos ele começou a puxar assunto comigo e perguntar se não iríamos continuar as entrevistas.

3.2. D. A.

D. A. F. L. nasceu em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Em 2007 completou 17 anos. De um histórico familiar bastante parecido com os dos outros meninos que vivem nas ruas D. é filho de pais com envolvimento com drogas. Segundo ele, ele e os irmãos vivem pelas ruas desde crianças. A mãe, alegando não ter condições de cuidar dos filhos pediu para outras pessoas os criarem. É filho de uma família de nove irmãos. Sua mãe ficou cega desde a última gravidez e faleceu recentemente. O pai é usuário de drogas e alcoólatra: *“porque ninguém conseguia ‘ficá’ em casa porque o nosso pai usa droga, usa droga e bebe é, por isso, que a gente não fica lá”*.

Quando tinha quatro anos o menino sofreu uma queimadura com óleo de uma frigideira. Ficou três meses internado em um hospital de Caxias do Sul até que veio a Porto Alegre para fazer uma cirurgia de reparação. A cirurgia não foi feita e D. passou a residir com uma tia em Porto Alegre. Essa tia era casada mas não tinha filhos. A mesma já cuidava de uma das irmãs de D. Com sete anos começou a ir à escola que freqüentou até a quinta série do ensino fundamental. Quando tinha doze anos começou a fugir de casa, usar drogas e envolver-se em furtos e roubos. Depois de algum tempo nas ruas foi abrigado em uma Casa de Acolhimento, num primeiro momento omitiu informações sobre seu histórico e seu nome, criando um outro nome para que seus familiares não fossem localizados. Porém não demorou muito para se envolver em outro roubo e ter que contar qual era o seu verdadeiro nome. Foi levado para casa mas diz que não permanece porque o marido de sua tia o agride após o retorno das fugas de casa e, por isso, não permanece lá:

“daí eu comecei a fugi de casa, ia pra rua, fugia, voltava, na real eu fugia, dormia na casa dos amigo da vila mesmo e voltava, aí quando eu voltava meu padrinho me batia e eu não gostava, ficava com medo de voltá aí eu fugia e ficava na rua, não voltava mais. Daí eles iam me procurá, daí assim eu voltava. Por causa que ele sempre foi grosso assim, sabe”.

Quando as entrevistas para a realização deste trabalho foram feitas D. estava freqüentando a Escola Porto Alegre durante o dia e dormindo em um albergue a noite. na EPA, ele freqüenta as aulas do ensino regular pela manhã e oficina de papel reciclado à tarde. D. demonstra grande preocupação e necessidade de parar de usar drogas excessivamente pois alega que *“só que metade dos da antiga morreram por causa da droga ou não tão mais na rua...tão preso (...) há claro né meu porque eu não quero fica nêgo véio aí, morando na rua, as ‘pessoa fica’ na rua aí com os ‘filho’ debaixo da ponte”*. Devido ao envolvimento e uso de drogas D. acabou se envolvendo em roubos e foi diversas vezes para a Febem. Para ele é importante entreter-se em atividades na EPA, pois é: *“por isso é que eu venho aqui pro ‘coléjo’ porque se eu fico na rua fico pensando ‘bestera’ e eu fico aqui e tenho comida. E*

quando eu usava droga afú mesmo nunca me sobrava dinheiro pra ‘comprá ropa’, nunca tava com ‘ropa’ boa, sempre rasgada porque as boa eu vendia pra ‘usá’ droga”.

Para D. o “estar na rua” tem representado um fato que traz más lembranças: *“não é bom né, mas só que quando eu era pequeno eu quis ‘escolhê’ a rua né, aí eu fiquei na rua”* (...). Questionei, então, se essa seria uma escolha que faria hoje em dia? *“não por causa das droga e por causa também que depois que o cara vem pra rua o cara perde muitas ‘coisa’, uns perdem a família outros até a vida, os ‘brigadiano’ ficam se arriando no cara, batem...”*. Assim como os outros meninos que participaram de nossas entrevistas D. também vê a família como um fator determinante para a felicidade.

Tem a esperança de em breve começar a exercer a função de jardineiro na Câmara de Vereadores de Porto Alegre e aplicar os conhecimentos adquiridos em um curso feito recentemente: *“é, eu acharia legal né porque daí eu ia ‘trabalha’ ali e eu ia ‘mostrá pro’ meu padrinho pra ele ‘tê’ confiança, aí eu podia ‘volta’ pra casa. Eu até ‘tava’ pensando que eu podia ‘compra’ uma casa”*. Dias antes de concluir esta disseratação fui informada que D. já estava trabalhando no serviço de jardinagem como queria, mas tinha o risco de perder a vaga porque não estava cumprindo uma Prestação de Serviços Comunitários (PSC) nos fins-de-semana.

Todos os dias em que combinamos de realizar as entrevistas com D. ele se mostrou acessível e com vontade de conversar. Ao longo das entrevistas parecia refletir sobre sua vida. Um dia, em uma conversa informal ressaltou que estava com medo de completar dezoito anos porque se os policiais já se “encarnavam” nele quando ainda era menor imaginava como seria então ao entrar na maioridade.

3.3. L. G.

L. G. está morando atualmente em um casebre da vila do Chocolatão. A vila do chokolatão é um conjunto de casebres localizado em um terreno ao lado de um prédio de cor marron da Receita Federal, por isto o nome de “chocolatão”. Sua casa não possui esgoto. Seus moradores sobrevivem da coleta e separação do lixo que é deixado exposto em montes sobre o solo.

L. está com vinte anos. Quando nasceu sua mãe morava no bairro popular Umbú do município de Alvorada que fica na região metropolitana de Porto Alegre. Seu pai e sua mãe nunca viveram juntos e poucas vezes ele conviveu com o pai. É o filho mais velho de uma família de seis irmãos. Quando completou sete anos sua mãe saiu para trabalhar e nunca mais voltou. Ele e os irmãos acabaram ficando com uma tia que morava com eles e não tinha filhos. A tia, então, vendeu a casa em que moravam em Alvorada e veio morar em Porto

Alegre com a avó de L. Quando questionado sobre os motivos que o levaram a vir para a rua diz que começou a ir para a rua por curiosidade. Nesta época tinha nove anos. Alega também, que brigava muito com o namorado de sua irmã que tentava mandar nele. Com onze anos começou a utilizar drogas: primeiro o inalante (loló) e depois maconha, cocaína e crack, mas diz que nunca se injetou. Já conseguiu parar de usar maconha, cocaína e o crack porque começou a ver os amigos morrerem por causa das drogas: *“quando eu vi que uns ‘amigo’ meu começaram a ‘morrê’ por causa disso, daí eu parei. Eles ficavam ‘magrinho’ assim e morriam. Eu me afastei do pessoal que usava e que me vendia”*. Mas ainda usa inalantes e cigarro de maconha: *“quando eu fumo o meu cigarro eu me acalmo, aí vai pesando as ‘vista’ e daí eu durmo (...) Às ‘vez’ quando eu ‘chero’ eu fico com raiva, triste”*.

Tem passagem por vários abrigos de proteção continuada, mas nunca conseguiu permanecer muito tempo, no máximo dois meses em cada um, pois sempre acabava fugindo. Ao falar sobre o “estar na rua” se contradiz porque ao mesmo tempo que na rua *“aprendeu as coisas como ser maduro e ter confiança nas pessoas”* diz que *“a rua não é lugar pra ninguém (...) Quem tá na rua é irresponsável, agora eu sô responsável porque eu sei o que eu faço e o que eu deixo de fazê. Os curso que eu gosto, o diálogo com as pessoa boa, isso influencio a minha auto-estima pra melhor”*.

Nos últimos anos fez vários cursos de capacitação como de radialista, informática, de papel reciclado. Fez também cursos de vela e escalada. Atualmente está fazendo curso de garçom. Quando questionado sobre o que aprendeu com os cursos responde que aprendeu a nadar, não ter medo de altura, sentir-se mais seguro e a cuidar da natureza:

“Uma das coisa que eu aprendi com os curso foi a não te medo da água. E no curso de papel...cada curso assim que eu fiz eu aprendi uma coisa diferente né, o de veleja eu aprendi a não te medo, o de papel eu aprendi a cuida da natureza e sabe que as folha de papel tem como a gente aproveita, os papel que jogam no lixo e a informática assim me ensino que tem o bem e que tem o mal né de repente eu posso o que eu pretendo é chegar no nível do haquer mas tem haquer assim que desvia dinheiro ou roba dinheiro que baxa um programa pra roba dinheiro do pessoal mas eu quero se um haquer assim do bem né uma pessoa assim profissional (...) depois que eu fiz o curso de informática eu me sinto mais seguro né, tanto como professor tanto como aluno. Eu ajudo meus colega, faço a digitação de texto ajudo quando tem que salva um arquivo ou quando tem algum arquivo salvo no meu pendrive.”

Além do curso de garçom está trabalhando à tarde e à noite na reciclagem de materiais.

Preocupa-se com o futuro pois quer montar uma família e ajudar os irmãos menores. Está preocupado, principalmente, com a “dificuldade” dos vinte anos, pois *“tem que ter conhecimento da vida para conviver com os outros e se mostrar adulto”*. Para ele, há vantagens em se completar dezoito anos: aprender a assinar cheque, abrir uma conta em um banco, ter carteira de motorista para dirigir um carro:

“Com 18 muda a estatística assim da pessoa, a gente fica mais maduro não é mais aquele guri de 15, 16 ano porque agora a gente já tem idade pra aprende a assina um cheque, abri uma conta ou dirigi um carro, fazê carteira de motorista. Eu vô abri uma conta agora no Banrisul, se eu não acha o meu cartão da caixa, da caixa federal eu vô tê que abri uma conta no Banrisul. Eu tinha essa conta na caixa por causa da bolsa do Pró-Jovem e agora eu tenho a bolsa do Jovem Adulto de R\$ 200,00⁶”.

L. acredita que o mundo do trabalho “vai significá uma grande coisa, eu vô saí daonde eu vim né, novos amigos, novas amizades”. Desta forma, vê a iniciação no trabalho como um fator positivo em sua vida.

Tanto L. como os outros jovens que participaram das entrevistas ressaltaram a importância da família na vida das pessoas, para ele “família é a mesma coisa que escola. Onde um falha na família todos falham (...) briga de família. Desanda tudo. Gera desunião”.

L. é portador do HIV. Ele descobriu ter o vírus há mais ou menos 2 anos quando foi doar sangue. Até aí ele já havia feito exames anteriores que deram negativo. Durante um bom tempo antes de ele descobrir que tinha o vírus vários meninos de seu grupo de convivência disseram que ele estava se prostituindo num local bastante conhecido de Porto Alegre. Em algumas conversas informais perguntei para L. se ele já havia “se injetado” e ele disse que nunca havia feito isso porque tinha medo de agulha. Com isso, depois das entrevistas e destas conversas cheguei a conclusão de que realmente L. se prostituía e provavelmente tenha se contaminado durante este período.

3.4. R. R.

R. M. R. nasceu em outubro de 1989. Em outubro de 2007 completou dezoito anos. Provém de um bairro da zona norte de Porto Alegre. Reside com a avó desde pequeno juntamente com uma prima e um de seus irmãos. Quando tinha onze anos sua mãe, que morava em outra cidade, veio morar em Porto Alegre e então R. passou a residir com ela:

“Aí eu fui mora com ela mas eu não tinha com ela o mesmo relacionamento que eu tinha com a minha vó. Daí eu comecei a mora com ela só que ela não me tratava que nem a minha vó. Tipo se eu faltasse o colégio a minha vó me batia, me dexava de castigo ou me xingava e a minha mãe nem se importava, tanto faz. Daí foi que eu comecei a fica mais solto a rua e quando vê eu já tava fumando cigarro, faltando à escola aí eu me afastei de tudo”.

R. tem mais seis irmãos. Nunca conheceu seu pai biológico, pois foi o padrasto quem o registrou: “*Porquê o meu pai verdadeiro não me registro, entendeu, que nem o outro, porque eu não faria isso com um filho meu*”. Com a mãe, que tem filhos de vários

⁶ A Bolsa Jovem Adulto é a concessão de uma bolsa-auxílio por um período de doze meses para jovens egressos dos serviços da prefeitura de Porto Alegre com mais de dezoito anos e trajetória de vida na rua. A bolsa visa contribuir para a garantia da continuidade do processo de escolarização, geração de renda e construção de um projeto de vida autônomo.

relacionamentos, estão vivendo somente dois de seus sete filhos. R. diz que os outros estão vivendo em abrigos, com os respectivos pais ou já tem mais de dezoito anos.

Diz que quando foi morar com a mãe começou a fumar cigarro, depois maconha e por fim crack. Fugiu de casa, ficava na rua ou na casa de amigos. Depois começou a traficar e roubar no próprio bairro onde morava. Com quinze anos praticou um assalto em um mercado e, após ter ido uma vez para a FASE, por um de seus roubos, foi internado em um Centro de Recuperação da Igreja Universal para dependentes químicos. Em outra situação já havia cumprido Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Ficou no Centro de Recuperação por dois anos e nove meses e quando saiu teve que voltar para as ruas porque não podia mais aparecer no bairro onde morava por ter sido ameaçado de morte na época em que praticava os roubos por lá: *“Eu robei três comércio lá perto da minha casa aí eu não posso volta a morar lá porque vamos e viemos que eu volto a mora lá e robam de novo o cara vai acha que fui eu. Há é tri difícil o cara tá sozinho assim..”*.

Quando fizemos as entrevistas para esta pesquisa, R. estava freqüentando uma oficina para formação de padeiro e a Escola Porto Alegre na quarta série do ensino fundamental. Retrocedeu, já que no tempo que passou no Centro de Recuperação não estudou. À noite, dormia no Acolhimento Noturno e, nos finais de semana, freqüentava as atividades oferecidas pela Igreja Universal.

Diz também que não quer voltar a roubar porque *“isso não é vida pra ninguém”*. Quer ir morar em uma República para jovens e trabalhar, se possível, de vigilante. Para ele, completar dezoito anos é um momento de refletir *“o que eu fiz de bom?”* porque não vê resultados positivos a partir daquilo que fez, acha que fez coisas erradas que não devia ter feito. Além de ficar com mais responsabilidade, tem-se que cumprir com prazos e obrigações. Pensa também em fazer documentos que nunca teve como a carteira de identidade.

Quanto à família atualmente ele não tem tido notícias, gostaria que a mãe e a avó viessem visitá-lo já que não pode ir vê-las: *“é, mas eu acho que seria uma coisa muito fácil se elas me ajudassem né. Se elas quisessem me vê elas já teriam me procurado”*.

3.5. “COMO ERA SUA FAMÍLIA?”

G. morava com a mãe e os irmãos e em alguns momentos com companheiros de sua mãe. Seu pai não morava com eles, nem os visitava: *“eu morava com a minha mãe antes né, com minha mãe e com os meus irmãos: J., G. e com o J.M.”*. A mãe teve os filhos de vários relacionamentos: *“conheci ele (o pai) uma vez que ele foi lá em casa leva o J., que o J. morava lá com ele, que ele também é filho do meu pai. Os meus outros irmãos são de outros*

cara”. O pai de G. nunca pagou pensão alimentícia para nenhum dos filhos: *“ele nunca deu assistência pra nenhum dos filhos”*. Repetindo uma prática comum nas famílias de baixa renda, G. foi morar com a avó: *“Aí eu pedi pra mora com a minha vó, porque a minha vó queria cuida dos neto”*. Quanto ao relacionamento com a mãe, G. tem ressentimentos quanto as atitudes da mãe e faz ressalvas:

“era tri só que ela bebia né meu, tomava vinho, bebia pra caralho. Eu gosto dela né meu, mas o que ela fez pra mim, por causa do meu padrasto, que na frente dela ele não fazia nada, aí depois que ela foi vê o que ele fazia aí não adianta mais. Agora ele tá preso né, tá no presídio e sem querer falar assim...bem dizê foi culpa dela né, de eu fugi de casa”.

Declara tem um bom relacionamento com a avó materna, a que conheceu:

“há, a minha vó é tri porque a vó é a segunda mãe do cara que nem a madrinha que é a segunda mãe também e a vó é mais porque é da família é do sangue do cara né meu por isso que ela é a segunda mãe também e quando eu chego lá ela me dá os bagulho pra eu come assim sempre fala que é pra mim come “vai lá compra pão pra ti toma café”, sempre me dá uma roupa, uma camisa e fala “porque não vem mora com nós aqui?”

A família de D. era também numerosa com oito irmãos, no entanto, todos eram filhos da mesma união. D., quando ainda pequeno também veio a residir com uma “madrinha” em Porto Alegre que era irmã de sua mãe: *“Aí eu conheci a minha madrinha por causa que ela foi lá me busca né pra me adota, porque ela é minha tia”*. Segundo ele, esta madrinha não tem filhos biológicos e:

“já tinha pegado a minha irmã, porque quando a minha irmã nasceu minha mãe não queria ela daí a minha mãe ia dá a minha irmã só que aí a minha madrinha viu que ela ia dá e pegou pra cria e ela tá com ela até hoje, a minha irmã já tá com uns 20 e poucos anos, já tem até um filinho e mora com a minha madrinha até hoje, ela tem o marido dela, na verdade o segundo marido porque o primero morreu daí ela arrumo outro e agora tá grávida desse”.

Ele e a madrinha tem um bom relacionamento apesar de ele alegar que não se dá bem com o marido da madrinha:

“sim, porque a minha madrinha sempre...já conhece porque ela é da família e ela já conhece como é que é lá, daí ela sempre me entendeu, quando eu ligo sabe ela sempre me atende e o meu padrinho quando ele atende ele desliga”.

A família de L. tem histórico parecido com a dos outros: *“há! Eu morava lá na Alvorada, no Úmbu lá com a minha mãe aí a gente foi mora lá na casa da minha tia”*. Tem seis irmãos. O pai não morava com eles. O cunhado, namorado de uma das irmãs era quem tentava ser a imagem masculina da casa, mas foi uma tentativa que não foi bem aceita por L.:

“é que naquele tempo minha mãe e meu pai não se davam muito e eu não me dava muito com o meu cunhado, o namorado da minha irmã, a gente brigava muito eu não era bem educado eu era adolescente, mas hoje nós já somo adulto. Porque ele queria manda na gente queria fazê as coisa e que a gente baxasse a cabeça mas um

dia eu pensei que ele ia vim e eu não ia aceita vô te que fazê alguma coisa porque ele tinha uma maldade”.

L. conta que ainda pequeno também passou a morar com a tia, que não tinha filhos e a avó materna: *“Há! A minha mãe largo a gente com a minha tia quando eu tinha sete ano, ela foi pro serviço e não volto e a minha tia não tem filho (...) Minha tia saiu de Alvorada vendeu a casa e veio morá com a minha vó”.*

A história de R. não é diferente, pois mora com a avó desde pequeno: *“eu morava com a minha vó, minha vó foi quem me criou desde pequeno”.* Seu pai biológico ele nunca conheceu, somente o padrasto que foi quem o registrou: *“o meu pai eu não conheço e a minha mãe morava em outro lugar. A minha vó criou eu, minha prima e meu outro irmão”.* Ele só passou a morar com a mãe quando ela veio morar em Porto Alegre e R. estava com onze anos. No entanto, R. atribui o início de seu interesse pela rua a partir deste período, pois: *“Daí eu comecei a mora com ela só que ela não me tratava que nem a minha vó. Tipo se eu faltasse o colégio a minha vó me batia, me dexava de castigo ou me xingava e a minha mãe nem se importava, tanto faz (...) Porque ela nunca se preocupa e a minha vó sempre corria atrás de mim, mas eu não dava bola”.*

R. também tem seis irmãos. Atualmente não tem conhecimento de como está sua família porque segundo ele: *“Se eles quisessem me vê eles já teriam me procurado. Eles cortaram até o telefone pra mim não liga mais pra lá. (...) Eu ligo pra lá e dá número inexistente”.* R. também não teve muita convivência com o padrasto e do difícil relacionamento com a mãe:

“Porque ele só vinha em véspera de alguma coisa, no natal tipo assim, aí ele fico de vim no ano novo só que ele não veio aí depois eu nunca mais vi ele. Se eu soubesse onde ele trabalha eu ia lá fala com ele. E ainda quando ele ia lá em casa ele ficava num bar, ele gostava de ficar do jeito que ele quisesse, era num bar ele tomando a cerveja dele e a gente tomando refri, tava sempre chapado, mas esse é o pai que me registro porque o meu pai biológico eu nunca conheci (...) Porque a minha mãe achava que eu era doente, que eu tinha uma doença como é o nome, leucemia, aí ela me deu pra minha vó. Minha vó foi me busca. E a minha mãe nunca me falô do meu pai. Às vez tava tudo bem aí começava a bebe e discuti. Porque a maioria dos meus irmão nunca moraram com a gente sempre iam embora com os pais”.

Podemos dizer que as famílias de G., D., L. e R. apresentam vários traços característicos das famílias de baixa renda. *“A sobrevivência dos grupos domésticos das mulheres “chefes de família” é possibilitada pela mobilização cotidiana de uma rede familiar que ultrapassa os limites das casas”* (Sarti, 2007, p.68). Apesar de as mães de G., L. e R. terem tido vários companheiros vemos que foram sempre ela que permaneceram como adultos de referência da família, mas a partir daí: *“O exercício dos papéis sexuais, nos casos em que se desfaz a relação conjugal, passa para a rede familiar mais ampla, mantendo o princípio da complementaridade de papéis, transferidos para fora do núcleo conjugal. Nesses*

casos, além dos familiares consangüíneos, tem papel importante a instituição do compadrio” (Sarti, 2007, p.68). Isto fica evidente quando, a partir de uma certa idade, G., L., D. e R. passam a residir com os avós ou padrinhos:

“Para entender o lugar das crianças nas famílias pobres é, mais uma vez, necessário diferenciar as famílias que cumpriram as etapas do seu desenvolvimento sem rupturas, em que os filhos tendem a se manter no mesmo núcleo familiar, e as que se desfizeram nesse caminho, alterando a ordenação da relação conjugal e a relação entre pais e filhos” (...) Nos casos de instabilidade familiar, por separações e mortes, aliada à instabilidade econômica estrutural e ao fato de que não existem instituições públicas que substituam de forma eficaz as funções familiares, as crianças passam a não ser uma responsabilidade exclusiva da mãe ou do pai, mas de toda a rede de sociabilidade em que a família está envolvida” (Sarti, 2007, p. 77).

Em novas uniões conjugais, quando há filhos de uniões anteriores, os direitos e deveres entre pais e filhos no grupo doméstico ficam abalados, na medida em que os filhos não são do mesmo pai e da mesma mãe, levando a ampliar essa rede para fora desse núcleo. Nessa situação, os conflitos entre pais e filhos e o novo cônjuge podem levar a mulher a optar por dar para criar seus filhos, ou alguns deles, ainda que temporariamente. As criança são, então, confiada a outra mulher, normalmente da rede consangüínea da mãe como é o caso de D. e L.

Nos casos de separação, pode haver preferência da mãe pelo novo companheiro, como no caso de G. prevalecendo o laço conjugal, circunstancialmente mais forte que o vínculo mãe-filhos. Uma nova união tem implicações na relação da mãe com os filhos da união anterior que expressam o conflito entre conjugalidade e maternidade.

No entanto, a instabilidade familiar, embora seja um fator importante, não esgota o significado da circulação de crianças, que pode acontecer mesmo em famílias que não se romperam.

3.6.FAMÍLIA....

Família é, para nós, considerado como uma referência, que possui códigos de obrigações próprios sendo também uma linguagem através da qual as pessoas traduzem o mundo onde vivem. Ao nascer, é a família que faz o elo de ligação entre nós e o mundo. Pensemos, então, como fica esse nosso elo quando não somos bem vindos em uma família desde o nosso nascimento. Muitas famílias de baixa renda não tem o que comer, moram em condições precárias, convivendo com os ratos, sem falar da total deficiência de saneamento básico. Nessas condições, uma pessoa a mais na família pode representar a privação de outras coisas: *“Não ter o que comer, a fome, significa não apenas a brutal privação material, mas a*

privação da satisfação de dar de comer, que vem da realização de um valor moral”(Sarti, 2007, p.62).

A maioria das famílias, de onde os meninos de rua saem, é chefiada por mulheres com pouca qualificação profissional e/ou com muitas crianças. Os relatos de nossos quatro jovens demonstram isso claramente.

Este foi um dos pontos que mais me chamou atenção durante a realização da pesquisa. As histórias dos jovens, em certos momentos de suas vidas, pareciam se repetir.

Estudos demonstram que existe uma forte relação entre pobreza e chefia feminina, pois a pobreza afeta, de modo geral, a moral e o papel de provedor do homem na família. Podemos dizer, então, que as famílias desfeitas são mais pobres e, num círculo vicioso, as famílias mais pobres desfazem-se mais facilmente. Autores como Lopes e Gottschalk (1990) mostram que as famílias chefiadas por mulheres estão numa situação estruturalmente mais precária, mais independente de variações conjunturais, quando comparadas com as famílias pobres, equivalentes no ciclo familiar, que têm chefe masculino presente, dadas as diferenças nas formas de inserção da mulher no mercado de trabalho.

Segundo Sarti (2007), percebe-se que, na maioria dos casos em que a mulher assume a responsabilidade econômica da família, ocorrem modificações importantes no jogo de relações de autoridade, e efetivamente a mulher pode assumir o papel masculino de “chefe” (de autoridade) e definir-se como tal. No entanto, o problema está em manter a dimensão do respeito, conferida pela presença masculina:

“Um pouco a minha mãe falava que não tinha condição de criar eles. Porque a minha vó sempre batalhó, ela criou três sem ajuda, sem nada, agora que ela tá tendo uma ajuda, mas antes ela não tinha. E eu acho que se ela tivesse como criar os outros filhos da minha mãe ela criava. Mas a minha mãe não tem sentimento pelos filhos porque porque dá pra outro cuidar? Eu não tiro a razão dela mas acho que se fosse eu, eu não dava”(R.).

Quando as mulheres sustentam economicamente suas unidades domésticas, podem continuar designando, em algum nível, um “chefe” masculino.

Entretanto, não é o que percebemos ter ocorrido com as famílias de nossos quatro jovens. Seus relatos chamam a atenção para as atitudes “relapsas” de suas mães:

“Porque quando eu crescer na vida eu vou lá na minha mãe e ela vai ver que eu não tô roubando, não tô me drogando, que eu tô seguindo o meu caminho porque se eu fica em casa, se eu dependê da minha mãe ou da minha família não tem nada pra mim” (G.).

Segundo Peralva (1997), *“escolarização e sentimento familiar se desenvolvem como dimensões complementares e contraditórias da experiência individual: por um lado, enviar a*

criança ao colégio traduz a atenção particular de que ela passa a ser objeto no seio da família” (p.15).

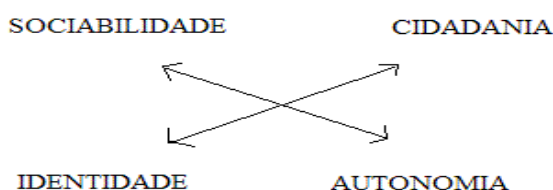
Isso significa que, mesmo nos casos em que a mulher assume o papel de provedora, a identificação do homem com a autoridade moral, a que confere respeitabilidade à família, não necessariamente se altera. Para L. família é: *“família é a mesma coisa que escola. Onde um falha na família todos falham”*.

Se a comunicação dentro da rede de parentesco revela o papel crucial da mãe, conforme observa Woortmann (1987), isso não significa “centralidade” da mulher na família, mas o cumprimento de seu papel sexual, de mantenedora da unidade familiar, numa estrutura que não exclui o papel complementar masculino, deslocado para outros homens que não o pai.

Contudo, as relações com as figuras masculinas que permearam suas vidas sempre apareceram com uso da violência: o namorado de uma das irmãs de L. o agredia; o padastro de G. agredia ele e os irmãos; o pai e o padrinho de D. eram violentos com os filhos e o padastro de R. não os dava importância, numa espécie de violência desvelada (ignorar alguém). D. comenta que: *“eu só não tô em casa por causa do meu padrinho, por causa que ele é muito brabo, porque ele fala muita coisa assim, aí ele já se irrita, já começa a quere briga”*. Quanto ao pai: *“desde pequeno sempre andando na rua aí quando a gente voltava pra casa a gente já conhecia a maldade da rua, daí o meu pai vinha me bate e eu já não aceitava mais tinha uns 8, 9 anos”*. D. diz que a ele não interessa saber notícias dos pais. A meu ver, o fato de eles não trabalharem, viverem da mendicância, usarem drogas e não ter interesse pelos filhos contribuiu para o desinteresse de D.

Percebemos, também, que em nenhum dos casos os jovens tiveram uma referência masculina positiva em suas vidas, seja de tios, padrinhos ou avôs. Nos relatos, aparece-nos sempre a figura da avó mas nunca a do avô insinuando que, provavelmente, suas mães tiveram a mesma instabilidade conjugal que as avós.

3.7.IDENTIDADE...



O esquema acima visa demonstrar que a sociabilidade influencia na construção da autonomia, assim como a constituição da cidadania na construção e reconstrução da identidade do sujeito. Podemos dizer também que o “ser cidadão” influencia na autonomia do sujeito e na sua sociabilidade e construção de sua identidade. Todos os fatores se relacionam e influenciam entre si.

A família é uma referência simbólica para a identidade dos sujeitos, especialmente para os pobres, seja dentro ou fora de casa. *“A família, pensada como uma ordem moral, constitui o espelho que reflete a imagem com a qual os pobres ordenam e dão sentido ao mundo social”* (Sarti, 2007, p. 22). E mais:

“A família não é apenas o elo efetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. Em poucas palavras, a família é uma questão ontológica para os pobres. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui a referência simbólica que estrutura sua explicação do mundo” (p.52 e 53).

Estudos sobre os pobres urbanos, ressaltam a importância da casa como referência básica na constituição de sua identidade social. Assim, na (des)ordem da casa ou do corpo estariam as marcas dos moradores de rua.

Trabalhamos aqui com identidades sociais, ou seja, aquelas que são, por definição, identidades em movimento, definidas e redefinidas por contrastes. Identidades que estão sempre se estruturando e reestruturando. É pela relação com o outro e em oposição ao outro que construímos nossa identidade.

Na sociedade capitalista urbana convivemos diariamente com os apelos da sociedade de consumo. Consumo este que várias famílias de baixa renda não podem usufruir. Por conviverem em um espaço repleto de apelos ao consumo, tornam-se expostos às aspirações e desejos que este meio cria que podem torná-los insatisfeitos e frustrados.

Assim, o trabalho e a família constituem as referências básicas através das quais os pobres constroem sua identidade social positivamente:

“Neste processo relacional que constitui a construção da identidade social dos pobres, no qual há identificação – pela necessidade de afirmação de um grupo de referência – e diferenciação – pela necessidade do contraste para sua definição positiva, a constante oposição, o contraste a que nos referimos, opera como um mecanismo estrutural. Não são, entretanto, os termos que se opõem, mas é a oposição que define os termos. Não é o bandido que se opõe ao trabalhador, o marginal ao homem de bem, a puta à mulher honesta, mas é a oposição que precede e define os termos, porque a oposição é constituinte desse processo relacional de construção de identidades sociais. Esta formulação diz respeito a uma análise estrutural” (Sarti, 2007, p.135).

Segundo Sarti (2007), existe uma pluralidade de referências que delimitam a identidade social dos pobres urbanos. Há, também, uma lógica de oposições, correspondendo,

assim, a um mecanismo estrutural de construção de suas representações e de sua identidade social. Embora essa lógica de oposições, que preside as relações entre iguais, seja própria do processo, em si, de construção de identidades sociais, não sendo específica dos pobres nem da sociedade de classes onde vivem, transfigura-se, neste caso, num mecanismo que procura responder à particularidade de sua situação na sociedade desigual onde vivem. O processo relacional de construção de sua identidade social opera, então, como ideologia – noção que envolve relações desiguais de poder, quando se trata da sociedade capitalista, num mecanismo de relativização e de compensação por sua localização como “pobres” nesta sociedade.

Cabe, então, possibilitar às classes de baixa renda a constituição de uma identidade positiva e da noção de dignidade própria. Possibilitar-lhes, ainda, a construção de uma identidade pessoal, de privacidade, individualidade e autonomia, não confundindo aqui individualidade com individualismo.

Pierre Bourdieu, acerca dos trabalhos que realizou na década de 1980 na França sobre a gênese do Estado e sua relação com os cidadãos e a economia dos bens simbólicos, escreve sobre os campos de produção da cultura trabalhando, entre outros assuntos, com as chamadas “marcas intelectuais”. Para Bourdieu, uma trajetória de vida é previsível de acordo com a origem social da pessoa. Esta terá um “espaço de possíveis”. A pessoa se orienta em direção a tais ou quais possibilidades oferecidas e, com frequência, de maneira inconsciente. Para ele, há uma correspondência entre a hierarquia de posições e a hierarquia das origens sociais.

Considerando a noção de trajetória, Bourdieu reflete em seu texto sobre a ilusão biográfica acerca do nome próprio como fator constitutivo da identidade. Questionamos como fica, então, a constituição da identidade desses jovens que vivem nas ruas, muitas vezes sem sobrenome e, nem mesmo, um nome próprio. Para Bourdieu (1986):

“Por essa forma inteiramente singular de nominação que é o nome próprio, institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis” (p.186).

Lemos (2002), acerca do trabalho que realizou com jovens moradores de rua de Porto Alegre, nos diz que:

“Assim, entre os codinomes e apelidos que adquirem na rua, o local em que se identificam aparece como um sobrenome. Tanto há quem assina ‘Jorge M.S.’, que não é sobrenome, mas quer dizer Morro Santana, quanto há o ‘Marcos da Praça XV’, a ‘Ritinha da Ponte’, o Luizinho do Postão’ (Posto de Saúde da Vila Cruzeiro) e o ‘Zeca City’” (p.49).

O nome próprio seria, então, a representação de uma individualidade biológica socialmente instituída, que permite ao seu portador uma constante através do tempo e uma unidade nos espaços ocupados por diferentes agentes sociais que são a manifestação dessa

individualidade nos diferentes campos. O nome próprio, como instituição, assegura além das variações de lugar e de momento, a constância nominal, de identificar-se consigo mesmo (Bourdieu, 1986).

3.8.AUTONOMIA...CIDADANIA

Alba Zaluar, em seu livro “Cidadãos não vão ao paraíso” define a idéia completa de cidadania como: *“feita de direitos múltiplos e de responsabilidades para com os outros. A exclusão dos deveres monta uma perversão da noção de direito, à qual falta a autonomia e a iniciativa dos que o detém”* (Zaluar, 1994, p.185).

Uma das grandes discussões acerca da constituição de cidadania de crianças e adolescentes ocorre acerca de que eles possuiriam somente direitos e nenhum dever, herança de uma prática assistencialista que ainda perdura. Ao concluirmos que nossas crianças e jovens não são capazes de se desenvolverem sozinhos prejudicamos a construção de sua própria autonomia. Zaluar (1994) alerta que:

“A tendência a colocar os “menores” no papel de vítimas permanentes da sociedade, entidade abstrata cujos grupos e mecanismos reais nunca se precisou, gerou uma excessiva condescendência com suas atividades destrutivas e com a suposta liberdade que teriam nas ruas, onde justamente são alvo dessa violência e do crime organizado, que os usa como mão-de-obra barata e bucha-de-canhão” (p.199).

Poderíamos dizer, então, que nossas crianças e jovens de famílias de baixa renda vivem uma “cidadania limitada”, ou seja, aquela montada nos deveres ou nos direitos parcelados. Pois nega-se *“as responsabilidades sociais e éticas dos jovens pobres com os outros, também fundamentais na definição de cidadão, para o qual a civilidade no tratamento do outro tornou-se parte constituinte em séculos de vida urbana”* (Zaluar, 1994, p.186).

No entanto, é fato que não há como esperarmos que nossas crianças e jovens, principalmente os de baixa renda, reivindiquem seus direitos nos espaços que convivem como a escola, a família e o atendimento de saúde. Isto não tem sentido, pois, pela sua própria condição de pessoas ainda em formação, elas devem ser instruídas e encaminhadas para serem atendidas. Nosso objetivo de educadores está relacionado com a abertura de caminhos e horizontes que depois eles mesmos irão explorar.

Segundo Paiva (1991), apenas um terço dos jovens de quinze aos dezoito anos estão na escola e outro terço não trabalha nem estuda, justamente em uma faixa de idade em que se definem escolhas pelo futuro profissional. É necessário tornar mais eficaz a socialização destes jovens *“que implica no reconhecimento dos direitos individuais e coletivos alheios, base da cidadania, e a formação profissional que daria melhores oportunidades à vida nessa sociedade da qual fazem parte”* (Zaluar, 1994, p.41).

A cidadania é associada principalmente ao mundo do trabalho e, conseqüentemente, quem não trabalha não seria cidadão? Se bem que para o pobre o trabalho não é algo que se escolhe é como um destino ou um dever, como se fosse natural:

“É conhecido o fato de que o jovem quer trabalhar para sentir-se independente, livre, para criar sua própria identidade fora da família de origem, além de ser o único meio de responder aos apelos da sociedade de consumo que não podem ser financiados por seus pais”(Zaluar, 1994, p.43).

Para os jovens é essencial a convivência em grupo que enriquece a construção de sua cidadania seja na escola, nas oficinas de capacitação profissional ou até mesmo no grupo de amigos, pois a participação na escolha das regras que irão comandar as relações interpessoais e nas decisões sobre o que fazer com o produto do trabalho compõem princípios de concretização da cidadania. Durante o trabalho de campo vários foram os relatos dos meninos que queriam participar da construção de algumas regras do albergue onde dormiam. Achavam necessário também que eles tomassem as decisões sobre como organizar o trabalho na oficina de papel reciclado, assim como quanto à participação nos lucros.

Há uma necessidade latente desses jovens em participar, em poder opinar sobre as regras dos locais que frequentam no dia a dia como a escola e o albergue onde dormem. Um dos jovens chegou a pedir minha ajuda para que se organizasse uma assembléia no albergue onde eles pernoitam. Sugeri a ele que ele próprio poderia conversar com a direção da instituição e propor a realização da assembléia.

Contudo, houve casos também nos quais os jovens não procuravam atendimento médico quando necessitavam porque achavam que alguma outra pessoa teria que os acompanhar, como se entendessem não serem possuídores do direito de receber um atendimento médico.

3.9.PLANOS E PROJETOS PARA O FUTURO...

As entrevistas nos revelaram que os quatro jovens, mesmo já tendo passado por caminhos tortuosos e difíceis, são capazes de terem planos e elaborar projetos pensando no futuro. Em geral, eles sonham em ter uma casa e, depois que tiverem concluído o Ensino Médio e uma boa colocação no mercado de trabalho pretendem constituir família e ter filhos.

L. começa nos revelando que seu objetivo é se tornar um programador de computadores e deixa bem claro como quer ser: *“o que eu pretendo é chegar no nível do haquer, mas tem haquer assim que desvia dinheiro ou roba dinheiro, que baxa um programa pra roba dinheiro do pessoal, mas eu quero sê um haquer assim do bem né, uma pessoa assim profissional”*. Ele tem em mente que este objetivo não é para um futuro próximo, pois diz que: *“Há vai demora um poco pra mim me forma do primeiro grau porque eu vô pode arranja um emprego melhor e mais rápido se eu tive o segundo grau”*. Sabe que para

alcançar seus objetivos tem que estar fora das ruas e com um local de moradia estável: *“Quem tá na rua é irresponsável, agora eu sô responsável porque eu sei o que eu faço e o que eu deixo de fazê. Os curso que eu gosto, o diálogo com as pessoa boa, isso influenciô a minha auto-estima pra melhor”*.

Pensa também em constituir família e ajudar os irmãos menores: *“no futuro eu penso em montá uma família pra mim e ajudá os meus irmão porque eles ainda são meio criança às vez eles dizem que querem fugi e eu digo “ô meu não é assim” porque o que aconteceu comigo não tem que acontece com eles”*. No entanto, tem consciência de que deve realizar alguns planos antes disso: *“Eu não penso em tê filhos até eu termina os meus estudo e consegui um emprego. Por que um filho significa mais responsabilidade, mais amadurecimento. É uma experiência e uma coisa boa, é da vida né, é do ciclo”*.

Outro relato, o de G. que demonstra grande força de vontade: *“tô lutando né meu. Tô procurando meus bagulho. Eu queria algumas coisa que eu não conseguia, tipo assim te a minha casa, o meu videogame, a minha tv, minha bicicleta, te a minha ropa todos os dia assim, te vários bagulho que nem os otros guri tem tá ligada”*. Ele ressalta que o dinheiro que vem recebendo de uma bolsa de apoio ao jovem adulto, no valor de R\$ 200,00 sacia suas necessidades: *“geralmente eu compro ropa, comida porque eu gosto de comê massa, guisado, refri. Compro rôpa, camisa, calça, óculos, relójo pinto meu cabelo de vez em quando há faço várias coisa com o dinheiro”*.

O jovem D. pensa em retornar para a casa de sua madrinha ou alugar um local para morar: *“há eu quero ou volta pra casa ou alugá uma casa pra mim, uma peça, eu e mais algum amigo né”*. Quer colocar em prática o que aprendeu em um curso que fez e começar a trabalhar em um emprego formal: *“é, eu acharia legal né porque daí eu ia trabalhá ali e eu ia mostra pro meu padrinho pra ele tê confiança aí eu podia volta pra casa. Eu até tava pensando que eu podia compra uma casa”*. Tem consciência, também, que tem que concretizar algumas coisas antes de tudo:

“Eu acho que primero eu tenho que estuda e se tive um trabalho pode trabalha pra podê tê o que quer porque se a gente não se ajuda ninguém ajuda ninguém e trabalha pra não precisa tira nada de ninguém. Mas se a pessoa tive força e vontade tem que luta porque na vida a gente sempre vai te uma pedra no caminho e se o cara vai exalta por qualquer coisa não vai arruma nada na vida”.

E, por último, R. corrobora com o desejo dos outros entrevistados:

“Eu tenho que arranja um lugar pra fica e depois estuda. Porque eu tenho que vê se eu vô continuá aqui ou se eu vô mora numa república pra vê onde eu vô estuda. Eu penso numa coisa melhor, seria melhor se as coisas acontecessem mais rápido porque eu não consigo me conformá com certas coisa, tipo eu queria tê mais liberdade”.

Quanto aos cursos que vem realizando tem bem claro qual o seu objetivo:

“eu não pretendo trabalha como padêro, eu vô fazê esse curso sabe junta meu dinheiro abri uma conta, pega a minha identidade. E eu vô junta dinheiro pra fazê um curso de vigilante, mas eu também já tô ajeitando isso aí. Porque o dinheiro que eu tô recebendo da bolsa é só três meses mas já dá pra junta alguma coisa”.

Creio que o mais importante seja que em seus depoimentos a forma de pensar que o futuro deles poderá ser melhor é a que mais conta para que possam realizar alguns de seus objetivos: *“Porque eu era um cara que não acreditava em mim mesmo, que eu tinha força pra faze as coisa, que eu vi que não era nada do que eu pensava... há eu vi que “tudo posso naquilo que me fortalece” (risos) Mas eu acho que eu tenho capacidade”.*

No entanto,

“a elaboração de projetos individuais para melhorar de vida através do trabalho esbarra nos obstáculos do próprio sistema onde se inserem como pobres e torna-se particularmente problemática diante das obrigações morais em relação a seus familiares ou a seus iguais, com os quais obtêm os recursos para viver. Assim, os projetos, em que a idéia de melhorar de vida está sempre presente, são formulados como projetos familiares” (Sarti, 2007, p.84 e 85).

Para estes jovens: *“trabalhar não deixa de significar a afirmação de sua individualidade, ao abrir a possibilidade de conquistar um espaço de liberdade, na tentativa de ter acesso a bens de consumo e a padrões de comportamento que definem as marcas do jovem urbano: tênis, jaquetas, som etc” ((Sarti, 2007, p.105).*

Quanto à possibilidade de terem filhos sabe-se que *“os filhos dão à mulher e ao homem um estatuto de maioridade, devendo torná-los responsáveis pelo próprio destino, o que implica idealmente se desvincular da família de origem e constituir novo núcleo familiar. O filho pode, então, tornar-se um instrumento para essa desvinculação” (Sarti, 2007, p.74).*

Penso que o leitor esteja se questionando como meninos que em tão pouco tempo de vida enfrentaram tantas dificuldades podem pensar em projetos de vida futura tão saudáveis? Mas penso também que o leitor deva refletir “e porque não tê-los?”

3.10. O TEMPO BIOLÓGICO (MORATÓRIA VITAL)

3.10.1. O TEMPO BIOLÓGICO - O QUE É COMPLETAR 18 ANOS?

Considerando algumas características em comum entre os jovens de nossa pesquisa, os fatos de estarem a ponto de completar dezoito anos e o de terem vivido nas ruas parece refletir no que eles pensam sobre a entrada na maioridade: foi unânime a opinião de que ao se completar dezoito anos os indivíduos se tornam mais responsáveis: *“sê de maior é mais responsável” (G.).*

Para L., fazer dezoito anos significou um obstáculo a ser enfrentado:

“eu tô mais maduro porque agora eu já tô entrando na dificuldade dos 20 né. Com 18 muda a estatística assim da pessoa, a gente fica mais maduro não é mais aquele guri de 15, 16 ano” (...) quando a gente faz 20 ano é que nem tô um problema pra resolver é que nem quando a gente tem o primeiro filho porque se a gente não tem o conhecimento fica difícil né, pra conviver com as outras pessoa é assim na parte adulta”.

L. também admite que depois que entrou na maioridade mudou até seu modo de agir:

“hoje eu sou uma pessoa séria, um cara dedicado”.

R. refere que completar dezoito anos era um momento de reflexão, de pensar sobre o que havia feito nesses dezoito anos: *“há isso aí pra mim é uma mudança da vida porque todo dia eu acordo e penso “o que que eu fiz? Eu não fiz nada né meu. Parece que eu tô estudando aqui mas não adianta de nada. O cara fica com mais responsabilidade. Tipo eu tenho que me alistar e tô tri atrasado e mais outras coisa. Sozinho né meu porque eu fiz coisas erradas que não era pra te feito”.* Continua sua reflexão, com uma afirmação positiva sobre seu comportamento: *“eu acho que eu tenho capacidade”.*

Já D. salienta que fazer dezoito anos é como se algo o estivesse alertando para que mude seu comportamento: *“porque eu não quero ficar négo veio aí morando na rua, as pessoa ficam na rua aí com os filhos debaixo da ponte”.* Entrar na maioridade também significa para ele adquirir respeito frente aos outros: *“Quando eu fizer 18...aí ele (padrinho) vai ver que não sou mais aquele pequenininho de antes (...) acho que ganha um pouco mais de respeito. Até quando a gente tá na rua a gente nota o respeito”.* No entanto, ele tem receio quanto a forma que será tratado pela polícia. Diz ter medo porque, segundo ele, os brigadianos já “pegam no seu pé” agora e depois que fizer dezoito poderá ir para o presídio.

O jovem G. vê a entrada na maioridade como um fenômeno positivo em sua vida:

“até que por um lado foi bom porque eu já tava enjoando do Acolhimento já, tava me sentindo mal, aquele banheiro lá, só pequenininho tinha lá. Eu não tenho medo de ir pro presídio só se fizer coisa errada. Eu já fui pra Fase mas porque um guri lá roubou e o brigadiano achou que era eu”.

Ainda, em um de nossos encontros G. referiu estar com muito sono e eu então disse à ele que talvez isso ocorresse porque ele ainda era adolescente... mas prontamente ele me respondeu: *“eu adolescente? Eu sou adulto.*

CONCLUSÕES GERAIS

A posição relativista foi proposta para pensar como trazer a palavra ou a cultura do silenciado partindo de um projeto de convivência da humanidade em termos mais tolerantes em uma ordem mundial mais democrática e pluralista. Desta forma as pesquisas na ciências sociais tem de incorporar à sua análise a consciência social, enquanto dado, que a vítima das situações sociais adversas tem da adversidade e de si mesma.

Ao realizarmos este trabalho e alertando-nos para a importância dada por esses jovens às suas famílias concluímos que o sistema transfere para o grupo familiar parte de suas irracionalidades, isto é, o próprio custo social da transição para um modelo de capitalismo tecnicamente mais desenvolvido, de capital de composição orgânica mais alta.

Percebemos que nossos jovens, ao integrar-se no mundo do ter e do parecer, também afirmam os valores próprios dessa sociedade, reafirmando os valores da sociedade de consumo. Percebemos também que a deterioração dos valores éticos que deveriam permear as relações sociais, e que daí resulta, já produz seus desastrosos efeitos na socialização anômica das novas gerações, na vivência cotidiana atravessada pela violência. Nosso objetivo aqui não é o de questionar como os valores desses jovens se constituíram mas sim de tentar entender como eles se constituíram.

Não há como deixar de fazer alguns comentários sobre dois assuntos que permearam as nossas entrevistas: o uso de drogas e as instituições de abrigagem.

O que pudemos notar é que as mães de todos os jovens eram alcoolatras e/ou usuárias de drogas. Não que o fato de eles terem usado seja uma consequência do uso das mães, mas todos eles também acabaram tornando-se usuários. Dos nossos quatro entrevistados, três ainda são usuários, mas confessam ter diminuído muito a quantidade consumida.

L. ficou algum tempo em uma fazenda para desintoxicação devido ao uso de drogas e passou por vários abrigos. R. morou três anos em um Centro de Recuperação para usuários de

drogas. G. morou em vários abrigos até os quinze anos de idade. E, D. morou em dois abrigos também. O que eles tem em comum é que nunca conseguiam permanecer muito tempo nos abrigos, no máximo dois meses.

Infelizmente não foram poucas as vezes, quando ainda trabalhava como educadora social que escutei a solicitação para “recolher” os meninos/as de onde estavam, como se fossem um saco de lixo. Esta percepção da sociedade deixa a entender que os meninos/as que vivem nas ruas não são humanos, ou seja, não se enquadram nos modelos sociais de comportamento ou de consumo e, por isso, não são considerados cidadãos. Nos relatos, percebemos que há um desejo constante de nossos jovens de se integrarem ao modelo de consumo. Deixam a entender que se pudessem adquirir mais tênis, roupas, acessórios sua auto-estima seria favorecida.

Portanto, percebemos que se a rua representa violência e perigo para as famílias e a sociedade em geral, então quem vive nela passa também a representar esses atributos, de violento e perigoso.

Nossos jovens, em geral, possuem carências de ordem emocional e familiar, contudo, o que mais me chamou a atenção é que mesmo eles terem enfrentado grandes conflitos e dificuldades em suas trajetórias de vida ainda permanecem com um grande desejo de que o futuro seja melhor do que o passado.

RERERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÉS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Ltc, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
- BRASIL. Congresso Nacional. Estatuto da criança e do adolescente, 1990.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei Orgânica da Assistência Social, 1993.
- CRAIDY, Carmem Maria. Meninos de rua e analfabetismo. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- DEL PRIORE, Mary (org.). História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.

- _____. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1992.
- FAUSTO, Airton; CERVIVI, Ruben. O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. São Paulo: Cortez, 1996.
- FÁVERO, Osmar et al. Juventude e Contemporaneidade. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.
- FERREIRA, Marieta de M; AMADO, Janaína. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- FERREIRA, Rosa M. Meninos de rua: expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo. São Paulo: CJP, 1980.
- FONSECA, Cláudia. Família, Fofoca e Honra: Etnografia das Relações de Gênero e Violência em Grupos Populares. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000.
- _____. Caminhos da Adoção. São Paulo: Cortez, 1995.
- FREITAS, Marcos Cezar de. (org.). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997.
- GENTILE, María Florencia. “Estar em la calle”: análisis de la experiencia de chicos y chicas en situación de calle. La calle como sistema de incertidumbre. Trabalho apresentado no ... Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia, 2007.
- GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- GREGIS, Cristiano. Fissura da rua: corpo e ritual de uso de droga injetável entre meninos de rua. [dissertação de mestrado]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- GREGORI, Maria Filomena. Meninos de rua e instituições: tramas, disputas e desmanche. São Paulo: Contexto, 2000.
- KOLLER, Silvia Helena; HUTZ, C. S. Meninos e meninas em situação de rua: dinâmica, diversidade e definição. Coletâneas da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1(12), 11-34, 1996.
- LABORS/UFRGS/GRANPAL/FASC. Relatório de Pesquisa: “Perfis e mundo das crianças e adolescentes em situação de rua Grande Porto Alegre”. Disponível no site: www.portoalegre.rs.gov.br, 2004.
- LEITE, Ligia Costa. A razão dos invencíveis: meninos de rua – o rompimento da ordem (1554-1994). Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPUB, 1998.
- _____. Meninos de rua: a infância excluída no Brasil. São Paulo: Atual, 2001.
- LEMONS, Miriam Pereira. Ritos de entrada e ritos de saída da cultura da rua: trajetórias de jovens moradores de rua de Porto Alegre. [dissertação de mestrado]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

LINDEMAN, Eduard; KLUCKHOHN, Florence. In: HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias Qualitativas na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2003.

LUSK, M.; MASON, D. Meninos e meninas “de rua” no Rio de Janeiro: um estudo sobre sua tipologia. In: RIZZINI, Irene (org.). A criança no Brasil hoje: Desafio para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula (CESPI/USU), 1993.

MARCÍLIO, Maria Luiza. História da criança abandonada. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTÍNEZ REGUERA, Enrique. Crianças de ninguém, crianças de rua. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002.

MELUCCI, Alberto. Por uma sociologia reflexiva: pesquisa, qualidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005.

MILITO, Cláudia; SILVA, Hélio R. Vozes do meio-fio. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de S. (org.). O limite da exclusão social: meninos e meninas de rua no Brasil. São Paulo: Hucitec/RJ: Abrasco, 1993.

MORIN, Edgar. O homem e a morte. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1997.

NEIVA-SILVA, Lucas; KOLLER, Sílvia Helena. A rua como contexto de desenvolvimento. In: R. LORDELO, A. M. Carvalho; KOLLER, S. H. (orgs). Infância brasileira e contextos de desenvolvimento.(p. 205-230). São Paulo: Casa do Psicólogo – Salvador: Ed. UFBA, 2002.

NEVES, Dalma Pessanha. O legado da pobreza e a inserção geracional. Revista Ilha, Florianópolis, v.5, julho de 2003, p. 65-89.

PERES, V. L. A. Famílias de crianças em situação de rua: modos de vida, relacionamento familiar e práticas educativas. [dissertação de mestrado]. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 1997.

_____. Comunicação, processos de subjetivação e ruptura entre famílias e crianças. [Tese de doutorado]. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, 2002.

_____ e ALTOÉ, S. “Famílias de camadas populares: um lugar legítimo para a educação/formação dos filhos”. In: O social em questão, v.7, ano VI, 2002.

PORTO ALEGRE. Relatório de Indicadores Sociais de Porto Alegre – 2001 e 2002 – Anos IV e V. Beatriz Morem da Costa (coord.). Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

RIBEIRO, I; BARBOSA, M.L.V.A. (org.). 1987. Menor e sociedade brasileira. São Paulo: Loyola, 2002 e 2003.

RIZZINI, Irene. Vida nas ruas: Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

RODRIGUES DOS SANTOS, Benedito. A regulamentação do trabalho educativo. Cadernos ABONG, nº 18, 1997.

ROSEMBERG, Fúlvia. Estimativa de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, PUC-SP. In: Cadernos de Pesquisa, n.91, p.30-45, 1994.

_____. Temas em debate: o discurso sobre criança de rua na década de 80. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, PUC-SP. In: Cadernos de Pesquisa, n.87, p.81-91, 1993.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. Da virtude à violação de direitos: o agendamento contra o trabalho infantil no Brasil – uma perspectiva histórico-analítica. In: SOUSA, Sônia M. Gomes (org.) Infância, Adolescência e Família. Goiânia: Cânone Editorial, 2001.

SPÓSITO, Marília Pontes (coord.). Juventude e escolarização (1980-1998). Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.

VELHO, Gilberto. Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

WESTPHAL, Regene B. Alternativas pedagógicas para meninos e meninas de rua. [dissertação de mestrado]. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro: 1995.

WOORTMANN, Klass. A família das mulheres. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/CNPq, 1987.

ZALUAR, Alba. Cidadãos não vão ao paraíso. São Paulo: Editora Escuta; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.